



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

CASSIANO FELIPE PIAIA

FINANÇAS PESSOAIS E INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA:
A Educação e Organização Financeira como instrumentos de melhoria na vida das pessoas

FLORIANÓPOLIS

2008

CASSIANO FELIPE PIAIA

FINANÇAS PESSOAIS E INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA:

A Educação e Organização Financeira como instrumentos de melhoria na vida das pessoas

Trabalho de Conclusão de Estágio apresentado à disciplina Estágio Supervisionado - CAD5236, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração em Administração Financeira.

Prof. Orientador: Gilberto de Oliveira Moritz, Dr.

Prof.^a. Co-Orientadora: Ivoneti da Silva Ramos, Msc.

FLORIANÓPOLIS

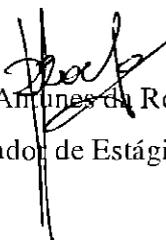
2008

CASSIANO FELIPE PIAIA

FINANÇAS PESSOAIS E INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA:

A Educação e Organização Financeira como instrumentos de melhoria na vida das pessoas

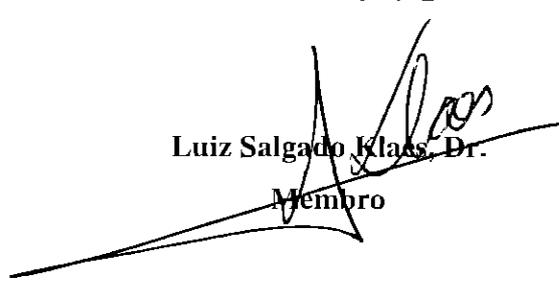
Este trabalho de Conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágio do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 27 de novembro de 2008.


Prof. Rudimar Amâncio da Rocha, Dr.
Coordenador de Estágios

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:


Gilberto de Oliveira Moritz, Dr.
Orientador

Ivoneti da Silva Ramos, Msc.
Co-Orientadora


Luiz Salgado Klaus, Dr.
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pela oportunidade de estar vivo e poder estudar, adquirindo conhecimentos úteis não apenas no meio acadêmico, mas na vida.

Agradeço à minha família, especialmente ao meu pai Aldo Piaia e minha mãe Izair Celestina de Quadros Piaia, por tudo que me proporcionaram para chegar até aqui, e digo que apesar de todas as dificuldades, este dia chegou.

Agradeço à minha irmã Carina Piaia pelas correções, dicas, sugestões e pela experiência de alguém que já passou por esta fase, e agora segue rumo ao sucesso profissional.

Agradeço ao Professor Dr. Gilberto de Oliveira Moritz, meu orientador, pelo apoio, confiança e profissionalismo com que me ajudou neste trabalho.

Agradeço à Professora Ivoneti da Silva Ramos, Msc., co-orientadora deste estudo, por todo o empenho e dedicação, e digo que foi fundamental não apenas na realização desta obra, mas também na decisão de um trabalho sobre Finanças Pessoais, me encorajando e incentivando desde nossas conversas na 5ª fase.

Agradeço ainda à minha Gerente Geral, Ivone Nones, por ter compreendido a importância de minha formação acadêmica, permitindo que me ausentasse do trabalho quando necessário, para dedicar-me aos estudos.

Um agradecimento especial à minha futura esposa, Kariune Pinheiro Labanowski, atualmente minha noiva, por todo o apoio, pela paciência, pela compreensão, pela dedicação na vida a dois e pelo auxílio neste trabalho de conclusão de curso.

E por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desta monografia.

“Os problemas mais significativos com os quais nos deparamos, não podem ser resolvidos no mesmo nível de pensamento em que estávamos quando eles foram criados”.

Albert Einstein

PIAIA, Cassiano Felipe. **Finanças Pessoais e Independência Financeira: a educação e organização financeira como instrumentos de melhoria na vida das pessoas**. 2008. 78 f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RESUMO

Este estudo objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio da conscientização de que a organização das finanças pessoais é uma importante aliada no alcance da tranquilidade ou independência financeira. Inicialmente são apresentadas teorias fundamentadas por autores diversos, tratando de assuntos como a relação entre qualidade de vida, consumo e consumismo, tendo seqüência com capítulos sobre a educação financeira, planejamento e orçamento pessoal como ferramentas para a melhor organização das finanças. Constam ainda no estudo as principais opções de crédito e investimentos disponíveis atualmente no Brasil, além da teoria sobre o que é independência financeira. A segunda parte do estudo apresenta fatores que comprometem a renda das pessoas, as principais causas do endividamento e da inadimplência no Brasil, e esclarece a necessidade de se definir objetivos de longo prazo, sustentados nos objetivos de horizontes mais curtos como pilares para se atingir os primeiros, além da importância da definição de um plano de vida, como parâmetros para se ter uma condição mais tranquila em relação às finanças. Ao final do estudo, é possível compreender a importância de um bom planejamento financeiro aliado à persistência nos investimentos, tendo os juros como aliados e não como inimigos, buscando alcançar a independência financeira e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Finanças Pessoais, Educação Financeira, Independência Financeira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
BACEN - Banco Central do Brasil
BBPREVIDÊNCIA – Banco do Brasil Previdência S.A.
BRASILPREV – Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CDB – Certificado de Depósito Bancário
CDC – Crédito Direto ao Consumidor
CDI – Certificado de Depósito Interbancário
FEA/USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio
FECOMÉRCIO MINAS – Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais
FENAPREVI – Federação Nacional de Previdência Privada e Vida
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)
IPTU – Imposto predial e territorial urbano
IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotivos
IR – Imposto de Renda
LUTERPREV – Entidade Luterana de Previdência Privada
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEC - Pesquisa de Endividamento do Consumidor
PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
RDB – Recibo de Depósito Bancário
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
S/A – Sociedade Anônima
TR – Taxa Referencial
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UOL – Universo Online
VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre PGBL e VGBL _____	32
Quadro 2 – Tributação de Previdência Privada _____	33
Quadro 3 – Comprometimento da Renda dos Brasileiros _____	47
Quadro 4 – Pirâmide da Tranqüilidade Financeira _____	53
Quadro 5 – Devo comprar ou alugar minha residência? _____	59
Quadro 6 – Comparativo de Rentabilidade – Posição: Dezembro 2007 _____	61
Quadro 7 – Quadro-Esquema de Finanças Pessoais _____	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Despesa média mensal por tipo de família (2002-2003) _____	40
Tabela 2 – Orçamento hipotético do casal Carlos e Silvia _____	44
Tabela 3 – Despesas vencidas do casal Carlos e Silvia _____	49
Tabela 4 – Chegar ao primeiro milhão _____	54
Tabela 5 – Pequenos investimentos _____	55
Tabela 6 – Financiar Veículo _____	57
Tabela 7 – Financiar Imóvel _____	58
Tabela 8 – Poupança para os Filhos – Juros de 0,65% a.m. _____	65
Tabela 9 – Poupança para os Filhos – Juros de 1,00% a.m. _____	66

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização do Problema	12
1.1 Objetivos	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
1.2 Justificativa	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Relação entre Qualidade de Vida e Consumo	16
2.1.1 Qualidade de Vida	16
2.1.2 Consumo e Consumismo	18
2.2 Educação financeira, planejamento financeiro e o orçamento pessoal	19
2.2.1 Educação Financeira	19
2.2.2 Planejamento Financeiro	21
2.2.3 Orçamento Pessoal	23
2.3 Crédito	25
2.3.1 Crédito Pessoal	26
2.3.2 Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	27
2.3.3 Empréstimo Consignado	27
2.3.4 Cheque Especial	27
2.3.5 Cartão de Crédito	28
2.4 Investimentos	29
2.4.1 Poupança	29
2.4.2 CDB / RDB	30
2.4.3 Fundos de Investimento	30
2.4.4 Ações	31
2.4.5 Previdência Privada	31

2.5 Independência financeira	33
3. METODOLOGIA	35
3.1 Tipo de Pesquisa	36
3.2 Método de Pesquisa	37
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados	37
3.4 Tratamento dos Dados	38
4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	40
4.1 Como as pessoas gastam dinheiro	40
4.2 Planejando Finanças Pessoais	43
4.3 Endividamento e Inadimplência	46
4.4 A melhor maneira para acabar com as dívidas	48
4.5 Objetivos de Longo Prazo	50
4.6 O que é preciso para a independência financeira?	52
4.7 Tópicos Importantes	56
4.7.1 Adquirindo um automóvel	56
4.7.2 Compra da Casa Própria	58
4.7.3 Previdência Privada ou Particular?	60
4.7.4 Casamento	63
4.7.5 Chegada dos filhos	64
4.8 Um breve plano de ação	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
6. REFERÊNCIAS	72

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

A administração financeira é a parte da administração que trata da organização das receitas e das despesas, fazendo previsões e controles de gastos. Assim como o planejamento é a chave para o alcance dos objetivos, também é o planejamento financeiro para o alcance dos objetivos financeiros, que por sua vez, podem possibilitar a satisfação de outros objetivos intrínsecos do ser humano, como conforto, prazer e melhor qualidade de vida.

Uma grande aliada à melhoria na qualidade de vida é a educação financeira, oferecendo informações e procurando conscientizar as pessoas sobre os benefícios da organização das finanças. Um exemplo de organização ou reorganização financeira pode ser um e-mail recebido pelo planejador financeiro Jurandir Sell Macedo Júnior, após uma palestra ministrada em Curitiba, dizendo: “Jurandir, parabéns pela palestra. Ela me fez trocar uma BMW por uma bicicleta”. A explicação é que o remetente estava pensando em comprar um carro mais luxuoso e confortável, pois passava cerca de duas horas no trânsito para ir trabalhar. Após a palestra, o mesmo percebeu que seria mais interessante negociar uma mudança de horário no trabalho, evitando assim os congestionamentos e economizando um bom dinheiro com o carro, optando por comprar uma bicicleta e passar a pedalar no seu tempo livre, cuidando assim de sua saúde física e mental, melhorando sua qualidade de vida (MACEDO JÚNIOR, 2007).

Trocar uma BMW por uma bicicleta não é exatamente a abordagem deste trabalho. Esta monografia objetiva analisar as possibilidades para a melhoria na qualidade de vida através da educação financeira, a qual ainda é um pouco tímida no Brasil, mas muito desenvolvida em países da Europa e mesmo nos Estados Unidos, onde a previdência pública já não existe, e todos precisam construir um patrimônio para se manter ou mesmo para usufruir na velhice.

A maioria das pessoas não tem o costume de cuidar de suas finanças como deveriam, e por isso, acabam deixando de ter melhores condições financeiras, muitas vezes até contraindo empréstimos em instituições de crédito para cobrir outras dívidas, aumentando ainda mais o endividamento. Muitos se quer sabem o que é ter um excedente de caixa, uma sobra de dinheiro no final do mês, pois por mais dinheiro que possam ganhar, mais irão gastar, sem se preocupar efetivamente com o futuro próximo.

Aprender a lidar com dinheiro não é sinônimo de privação, mas sim de ordenar as necessidades, compreendendo que algumas podem ser adiadas, por maior que seja o desejo de possuí-las. Eis outro ponto importante, a diferenciação entre desejar e querer. Enquanto o primeiro é algo irracional, muitas vezes fantasioso, o segundo é a materialização do desejar, ou seja, o que as pessoas realmente podem obter com a renda que possuem (MACEDO JÚNIOR, 2007).

A educação financeira trata não apenas da acumulação de capital, mas sim de uma sistemática para melhor utilização do dinheiro, pois o importante nesta área não é apenas quanto se ganha, mas quanto e como se gasta. Halfeld (2005, p. 25) diz que conhece pessoas “(...) que ganham muito dinheiro, mas não conseguem poupar. (...) outras que ganham pouco, mas são boas poupadoras. Qual a diferença entre elas? A capacidade de não cair nas tentações do consumismo”.

De fato, despesas supérfluas costumam encurtar o orçamento, fazendo com que necessidades básicas sejam supridas com muito esforço, e em muitos casos, algumas necessidades nem são cumpridas plenamente.

Por pior que seja a condição financeira de um indivíduo, ainda assim é possível melhorar, basicamente orientando as necessidades. Por exemplo, não faz sentido morar em um bairro nobre, pagando aluguel, quando é possível com um pouco de humildade, morar em um local mais barato e investir na casa própria. Não faz sentido possuir um automóvel financiado que fica parado na garagem, enquanto se utiliza ônibus para ir e vir, pois o trânsito é intenso, a gasolina é cara, e o orçamento é curto. Neste caso o mais sensato seria vender o automóvel e economizar um dinheiro para pagamento à vista, em um futuro próximo, usando os juros ao seu favor. Simples assim, como também não faz sentido pegar um empréstimo para investir em uma aplicação financeira, pois os juros do empréstimo são muito maiores.

Desta forma, este trabalho objetiva contribuir com a evolução do pensamento financeiro, oferecendo condições para que os indivíduos possam viver melhor, com mais dignidade, com mais dinheiro, proporcionando mais lazer e conseqüentemente mais prazer, pois o dinheiro não pode ser causador de desespero e aflição, mas sim um contribuinte para uma vida plena e mais feliz.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Desenvolver um estudo que proporcione embasamento para a conscientização sobre a melhoria na qualidade de vida através da educação financeira, elaborando um quadro-esquema que auxilie na organização das finanças pessoais.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar teorias que fundamentem os princípios de administração das finanças pessoais como melhoria na qualidade de vida das pessoas;
- b) Identificar os principais fatores que comprometem a tranquilidade financeira das pessoas;
- c) Apresentar e esclarecer a importância do planejamento e da organização financeira pessoal para o bem-estar das pessoas; e
- d) Elaborar um quadro-esquema que auxilie na organização das finanças pessoais e no alcance da independência financeira.

1.2 Justificativa

Para Castro (1978), a justificativa de um trabalho pode ser analisada a partir de fatores como importância, originalidade e viabilidade.

A educação financeira tem sua importância para a sociedade como um todo, uma vez que contribui para o desenvolvimento das pessoas, proporcionando além do conhecimento, novas perspectivas para uma melhor qualidade de vida. Conscientizar as pessoas de que um adequado planejamento financeiro pode ser o diferencial entre ter o dinheiro como um aliado, que oferece possibilidades, ou como um inimigo, causador de aflições e desespero pela falta do mesmo, é algo de grande importância.

Algo original pode ser um negócio existente no mercado, desde que tenha inovações em seu conteúdo. Sendo assim, esta monografia busca contribuir para o desenvolvimento da área de finanças pessoais e educação financeira, com uma linguagem simples e acessível.

aprimorando os conhecimentos e direcionando-os a um público-alvo que possa fazer uso destas informações, possibilitando assim que estas pessoas melhorem sua vida financeira.

A viabilidade deste trabalho se justifica na medida em que se percebe um crescimento das publicações sobre educação financeira, significando que cada vez mais pessoas estão se interessando pelo assunto. Isso se deve em parte à estabilidade econômica atual do Brasil, onde os indivíduos podem começar a pensar em construir um patrimônio para usufruir no futuro.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Relação entre Qualidade de Vida e Consumo

De maneira geral, a qualidade de vida é afetada pelo consumo quando se exerce a opção de antecipar a aquisição de um bem, superestimando a sua real utilidade e subestimando a necessidade futura do valor monetário despendido, que poderá ser útil ou vir a faltar em outra oportunidade.

2.1.1 Qualidade de Vida

Buarque (1993, p. 157) introduz este tema com sua clássica: "talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que é 'qualidade de vida'. Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca da qualidade de vida".

Nussbaum & Sen (apud Herculano et al. 2000, p. 7) definem qualidade de vida partindo dos conceitos de capacitação e funcionalidades, onde a capacitação se mede pelo "*conjunto de oportunidades reais que os indivíduos têm em seu favor*", visando ao atingimento das funcionalidades, ou necessidades, como nutrição, abrigo e saúde. E prosseguem dizendo que não se deve entender qualidade de vida apenas como "um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das *oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser*. Oportunidades dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes".

Este é um tema muito amplo, pois a qualidade de vida não se resume a ter um bom apartamento ou saúde na terceira idade. Há de se abordar vários aspectos, como educação, cultura, alimentação, lazer, entre outros, compreendendo variáveis como a satisfação das necessidades básicas, a manutenção de um ambiente propício à segurança pessoal, e a disponibilidade de um ambiente social ao qual o indivíduo possa se engajar.

De acordo com WHOQOL (1995), da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma definição para qualidade de vida pode ser entendida como "a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

De fato a qualidade de vida envolve muitos aspectos, mas uma vez que o objetivo deste trabalho é possibilitar melhorias nesta qualidade, baseado em organização financeira.

não se tratando assim de discutir como atingir um grau máximo, ou total, faz-se necessário dar direcionamento ao problema proposto. Desta forma, parte-se do princípio de que o dinheiro não traz felicidade, mas proporciona prazer, e, um indivíduo que tem prazer constante, teoricamente pode se dizer que é um indivíduo mais feliz, até por se privar de diversas preocupações.

Com isso, há necessidade de se entrar na discussão sobre a qualidade de vida como isenção de problemas ou diminuição de incomodações decorrentes da falta de dinheiro, como dívidas acumuladas, ou até mesmo as privações de necessidades básicas de alimentação, de vestuário, de segurança e moradia. O lazer também é um aspecto de qualidade de vida, e neste direcionamento, um dos principais. O casamento ilustra bem este aspecto, pois é um compromisso para toda a vida. Compromisso este que deve ter fundamentos sólidos, além de uma estrutura financeira que garanta o suprimento das necessidades, inclusive de lazer. De fato, neste caso, se falta dinheiro a um novo casal, faltará também o lazer, e há grandes possibilidades de iniciar conflitos por estarem infelizes, tornando o casamento um martírio, acabando em separação ou outras tragédias.

Novamente de acordo com Herculano et al. (2000, p. 04), a avaliação sobre a qualidade de vida de uma população pode ser proposta de duas formas. A primeira é relativa aos recursos disponíveis, a capacidade para manutenção das necessidades. A segunda forma, por sua vez, é relativa às necessidades, numa tentativa de mensurar o grau de satisfação e o patamar desejado, a distância entre o que se deseja e o que se alcança.

Desta maneira, a definição do que é qualidade de vida, muito subjetiva como já visto, pode variar devido às diferenças de cada indivíduo, seja no âmbito social, cultural, tecnológico, tendendo sempre a existir uma diferença entre o que o ser humano tem e o que quer ter.

Comprar um apartamento ou um carro novo, participar de grupos sociais, freqüentar lugares interessantes, viajar pelo mundo, entre outros aspectos, parece atrair a grande maioria das pessoas. Não obstante, estes objetivos nem sempre são alcançados por todas as pessoas, devido a diversos fatores, entre eles a forma como encaram o orçamento doméstico, como será abordado posteriormente.

2.1.2 Consumo e Consumismo

O consumo é algo natural do ser humano, pois é preciso consumir para sobreviver. O consumismo, por sua vez, é o ato de adquirir algo geralmente supérfluo, que pode ser adiado, ou que nem sempre é necessário.

Conforme Carvalho (1996), consumo é a atividade que os indivíduos exercem para satisfazer suas necessidades, utilizando-se para isso, de bens e serviços, constituindo-se assim na atividade básica para qualquer empreendimento econômico. De fato, para que um estabelecimento comercial sobreviva, é necessário que tenha clientes e que estes adquiram, ou consumam, os produtos e serviços ofertados. Nas Teorias Econômicas, o consumo é apontado como o princípio organizador do sistema econômico, sendo o realizador da satisfação dos interesses e das necessidades dos indivíduos.

Já o consumismo, conforme Akatu (2008), é um fenômeno típico e impulsionador do capitalismo e pode ser tratado como um ato de natureza quase puramente psicológica, distanciando-se de motivações práticas. Akatu (2008) segue em sua análise sobre consumismo, falando sobre a “*Shopping Terapia*”, onde o comprador compulsivo se abre aos apelos cada vez mais provocantes da publicidade, e gasta dinheiro adquirindo um objeto qualquer, que ao chegar em casa, muitas vezes é esquecido ou descartado.

Santos (2006, p. 02), que trata do consumismo como um novo iluminismo, presta auxílio no entendimento da teoria supracitada, sugerindo que o consumismo pode ser compreendido como um ato de comprar propaganda, marketing ou a mídia do produto ou serviço, quando diz que:

“De uma maneira bastante simplista podemos afirmar que o que difere aquele homem coletor, que vagava por tempos distantes, do homem atual - no que se refere ao consumo - é a mudança nos modos de consumo de um consumo utilitarista ou de subsistência, em que o consumo serve apenas para satisfazer as necessidades básicas de subsistência humana, para um consumo conceitual, em que mais que produtos são consumidos conceitos, ou seja, a representação destes, e os valores agregados aos produtos mostram-se mais necessários que os mesmos” (SANTOS, 2006, p. 02).

Macedo Junior (2007) também indica uma teoria sobre o consumismo, destacando a diferença entre *desejar* e *querer*, onde o primeiro é uma ação irracional, desprovida de conseqüências, enquanto o querer é uma transformação racional do desejar, consciente das responsabilidades que a aquisição trará. O autor ainda cita em seu livro “A Árvore do Dinheiro” a relação entre consumo, status e felicidade. Nesta abordagem, as pessoas

costumam adquirir bens para serem aceitos e poderem participar de grupos. Entretanto, Macedo Junior (2007) afirma que o status buscado com o consumo é muito caro e não duradouro, não sendo assim uma maneira eficiente de se obter felicidade e melhor qualidade de vida.

Akatu (2008) complementa que ainda existe o consumidor consciente, que compra bens e serviços para efetivamente utilizá-los, não desperdiçando suas aquisições, pois seu uso justifica, ao menos em parte, a matéria e o trabalho utilizados em sua produção. Este cidadão usa o dinheiro e o crédito que possui de forma consciente, buscando uma vida materialmente confortável, contribuindo para o ciclo da economia, mas principalmente considerando a real necessidade de um bem ou serviço, de acordo com suas possibilidades financeiras, jamais deixando de avaliar seu orçamento e sua contabilidade.

2.2 Educação financeira, planejamento financeiro e o orçamento pessoal

2.2.1 Educação Financeira

De acordo com Medeiros (2008), alguns autores definem educação financeira como sendo a educação necessária para transformar o dinheiro ganho com o trabalho em riqueza e segurança financeira para toda a vida.

Tal educação pode ainda ser entendida como um processo que estimula a busca pelo conhecimento, que desenvolve aptidões e habilidades, colaborando para a consciência crítica dos indivíduos sobre as questões financeiras, preparando-os para administrar suas finanças pessoais com êxito, conforme Manson & Wilson (apud Saito, 2007).

Para Medeiros (2008), o analfabetismo financeiro é uma lacuna na formação da competência empreendedora dos novos gestores, contribuindo fortemente para o insucesso dos novos empresários. Esse insucesso é reflexo da omissão da educação formal brasileira, que tem deixado a educação financeira a cargo das famílias. Famílias estas que na maioria das vezes também não possuem a bagagem necessária e adequada para ensinar os filhos, pois também não receberam essa instrução, e o aprendizado se dá nas tentativas de erro e acerto, deixe-se claro aqui, em geral com mais erros que acertos. Ainda conforme Medeiros (2008), um caso clássico de ineficiência na administração das finanças pessoais diz respeito a uma

pessoa pobre que ganha um grande valor em dinheiro, e muitas vezes, em pouco tempo, volta a ser pobre por não saber gerenciar suas despesas e seus investimentos.

De fato a educação financeira no Brasil é algo novo, pouco pensado até então. Isso se comprova através da pouca literatura existente, que está sendo construída aos poucos, por estudantes, professores, outros estudiosos e apaixonados pela área de finanças. A literatura existente é bem recente, com bons livros, e principalmente boas monografias, teses e dissertações.

Na tentativa de explicar os motivos do atraso da educação financeira no Brasil, Ferreira (apud Manfredini, 2007) afirma que o país nunca teve uma estabilidade econômico-financeira como a qual está se encaminhado atualmente, devido aos longos anos de inflação, às diversas trocas de moeda e aos vários planos de governo para combater o fantasma da inflação.

D'Aquino (2008) corrobora com Manfredini (2007), afirmando que:

A Educação Financeira nos países desenvolvidos tradicionalmente cabe às famílias. Às escolas fica reservada a função de reforçar a formação que o aluno adquire em casa. No Brasil, infelizmente, a Educação Financeira não é parte do universo educacional familiar. Tampouco escolar (D'Aquino, 2008).

D'Aquino (2008) tem ainda uma importante contribuição para a área em voga, com a criação do Programa de Educação Financeira, em 1996, atendendo até hoje crianças dos 2 aos 17 anos, em escolas públicas e privadas. O programa compreende quatro pontos principais:

- a) Como ganhar dinheiro – O grande desafio da educação é educar para o futuro, desenvolvendo o espírito empreendedor e estimulando modos inovadores de raciocínio;
- b) Como usar o dinheiro – A grande habilidade em lidar com finanças é saber distinguir o “querer” do “precisar”, e os pais devem ensinar seus filhos sobre responsabilidade e necessidade;
- c) Como poupar – Dentre as razões para poupar, a principal parece ser segurança, mas ter uma poupança cria disciplina, dá limite e ensina auto-respeito; e
- d) Como doar tempo, talento e dinheiro – Doar como parcela de responsabilidade social. É importante compreender que a resolução de problemas não depende exclusivamente do governo, e que ética e responsabilidade social precisam sempre estar presentes no ganho e no uso do dinheiro.

A autora ainda complementa que a educação financeira não deve ser confundida com ensino de técnicas ou macetes, e que o objetivo é criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro, exigindo assim uma perspectiva de longo prazo e muita persistência.

Apesar de ser uma área até então tímida, já existem projetos para que a Educação Financeira seja promovida em escolas, universidades e mesmo nas comunidades. Podemos citar a UFSC como a primeira Universidade do Brasil a oferecer uma disciplina na área, chamada Finanças Pessoais. Outro exemplo do desenvolvimento da educação financeira é o Instituto de Educação de Ivoti, no Rio Grande do Sul, com um programa de educação financeira em conjunto com a LUTERPREV – Entidade Luterana de Previdência Privada, que objetiva:

Criar condições para que os estudantes, independente da idade, possam refletir a respeito da responsabilidade de cada um no planejamento e administração econômica, aprendendo a dar importância ao hábito de economizar, gerando consciência de investimentos em qualidade de vida (IEI, 2008).

O projeto enfoca desde a segunda série do ensino fundamental, com o programa obrigatório no currículo, ao ensino médio, com grupos interdisciplinares e extracurriculares.

No âmbito internacional, a OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico criou um projeto denominado *Financial Education*, com o intuito de estudar a educação em Finanças Pessoais, propondo ações de fomentos aos seus países-membro (OCDE, 2004, apud Saito, 2007, p. 22).

De qualquer forma, finanças pessoais, ou educação financeira como também é abordado, está em pleno desenvolvimento e o grande objetivo desta área da administração ou economia financeira é não apenas cuidar de recursos abundantes, mas disponibilizar conhecimento e desenvolver aptidões, para que os indivíduos possam tomar decisões mais acertadas no planejamento e uso dos recursos disponíveis.

2.2.2 Planejamento Financeiro

Planejamento pode ser compreendido como o esforço para guiar as ações no horizonte de tempo pré-definido, visando ao alcance dos objetivos pré-estabelecidos, e é importante não apenas para finanças pessoais, mas para toda e qualquer área empresarial ou mesmo pessoal.

Assim como as organizações elaboram planejamentos diversos para cada fase empresarial ou para cada projeto, também as pessoas devem planejar suas ações tendo em vista os objetivos a serem alcançados.

Planejar é estabelecer com antecedência as ações a serem executadas, estimar os recursos a serem empregados e definir as correspondentes atribuições de responsabilidade em relação a um período futuro determinado, para que sejam alcançados satisfatoriamente os objetivos porventura fixados para uma empresa e suas diversas unidades (Sanvicente & Santos, 1995, p.16).

O planejamento mais conhecido e mais utilizado é o estratégico, que surgiu na década de 1970, e contempla a empresa como um todo, abordando sua missão, visão, objetivos, recursos, orçamento e estratégias e ações para se alcançar as metas pré-estabelecidas. Tal planejamento é definido para um longo período, devendo ser revisado constantemente, e para Lunkes (2003, p. 18) sua composição se dá basicamente por três etapas:

- a) a elaboração da estratégia (Planejamento);
- b) a implementação da estratégia (Execução); e
- c) o acompanhamento da estratégia (Controle).

É importante ressaltar que o planejamento estratégico deve estar alinhado com diversos outros planos, como o financeiro, o de marketing, de recursos humanos, entre outros necessários para o cumprimento dos objetivos, dependendo do tamanho da organização e dos departamentos envolvidos no processo. Além disso, os prazos também podem variar, e não necessariamente os planos de finanças, por exemplo, devam ter mesma duração que o de marketing, dependendo de cada empresa e de suas necessidades.

Desta forma, Anthony (apud Lunkes, 2003) define o planejamento financeiro como o processo de decidir o que a empresa vai fazer, tendo o orçamento como principal dispositivo formal para se elaborar os planos em termos financeiros.

Para Gitman (2002), o planejamento financeiro é um importante aspecto para a sustentação da empresa, pois fornece um roteiro de como dirigir, controlar e coordenar as ações na busca pelo objetivo, o resultado. O autor ainda diz que o planejamento de caixa é a “espinha dorsal” da empresa, pois com ele é possível prever todas as entradas e saídas de caixa, permitindo ajustes e fugindo de empréstimos de última hora, por falta de conhecimento de eventual sazonalidade ou determinadas despesas que não estavam previstas.

Percebe-se que as definições e conceitos até então utilizados referem-se basicamente às empresas, e como o propósito deste trabalho é tratar de finanças pessoais, há de se fazer um *link* entre as áreas. Isso é simples, pois onde Lunkes (2003) fala das três etapas, pode-se dizer que o planejamento financeiro pessoal ou familiar também deve seguir as mesmas, como ser planejado definindo os objetivos e ações, deve ser efetivamente executado, pois não adianta planejar uma coisa e fazer outra, e deve ser constantemente controlado, para que continue no caminho pré-delineado.

Onde Gitman (2002) fala de caixa, a ligação feita é que o ideal para uma vida mais tranqüila e sem preocupações financeiras é que as pessoas também devem ter previsões anuais de receitas e despesas, incluindo impostos como IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano - e IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos, despesas fixas como alimentação, transporte, moradia e educação, proporcionando assim um controle maior sobre as finanças, com possibilidade de sobra de recursos para eventuais despesas imprevistas ou variáveis, como saúde e problemas no automóvel, por exemplo.

Welsch (1996), por sua vez, aborda três dimensões sobre o planejamento e controle financeiro:

- a) Longo prazo, para projetos de investimento, normalmente cinco anos ou mais;
- b) Curto prazo, quando se tratar do ano corrente; e
- c) Planejamento operacional, onde as disponibilidades de caixa são projetadas para o mês corrente, ou mesmo para os próximos dias.

Seja empresarial ou pessoal, o planejamento financeiro é a chave para a minimização dos problemas decorrentes da falta de capital. Conforme Garcia (2005), o planejamento financeiro pessoal é condição básica para o alcance de um padrão de vida que atenda às necessidades, sejam elas básicas ou não, através de uma análise conjunta de despesas pessoais e das receitas que farão frente às mesmas.

2.2.3 Orçamento Pessoal

A necessidade de orçamento é bem antiga, pois mesmo nas cavernas os homens enfrentavam a necessidade de prever a quantidade de comida para os longos invernos. Como assegura Lunkes (2003), há vestígios de práticas de orçamento até mais antigas que a origem

do dinheiro. No Brasil, o orçamento passou a ser efetivamente adotado pelas empresas a partir dos anos 1970, mesmo sendo foco de estudos desde 1940.

Boisvert (apud Lunkes, 2003) diz que o orçamento é um conjunto de previsões quantitativas apresentadas de forma estruturada, sendo composto por dados financeiros e também não financeiros, como unidades de kilogramas, litros, etc.

O orçamento é um plano de atividades futuras, que reflete os departamentos e o conjunto da empresa em termos financeiros, fornecendo base para se aferir o desempenho da organização, corrobora Brookson (2000).

Zdanowicz (apud Lunkes, 2003) contribui afirmando que o processo orçamentário deve apresentar como características a projeção de futuro, além da flexibilidade na aplicação e participação dos responsáveis.

Sanvicente & Santos (1995, p. 23-24) definem orçamento como sendo um plano que abrange todo o conjunto de operações anuais da empresa, e destaca algumas vantagens, tais como:

- a) Exige que os objetivos e políticas sejam concretizados, introduzindo o hábito de um exame prévio e cuidadoso de “todos” os fatores antes da tomada de decisão;
- b) Faz com que os planos dos diversos departamentos sejam integrados, aumentando o grau de participação no estabelecimento dos objetivos;
- c) Obriga os administradores a quantificarem as atividades, bem como criarem um cronograma para as mesmas;
- d) Reduz o envolvimento da alta administração com as operações diárias, delegando poderes;
- e) Identifica os pontos de eficiência e ineficiência das unidades, permitindo acompanhamento; e
- f) Um orçamento para a empresa como um todo tende a melhorar a utilização dos recursos, ajustando-os às prioridades.

Brookson (2000), por sua vez, é mais sucinto quanto às vantagens do orçamento. Para o autor, a importância do orçamento é ser essencial para o planejamento e o controle da empresa, ajudando a coordenar as ações, estabelecendo um compromisso com os objetivos pré-determinados. Já a utilidade é colaborar com o alcance dos objetivos, servindo ainda para demonstrar a situação financeira da empresa a terceiros, como bancos, fornecedores, funcionários, clientes e sócios.

Lunkes (2003) complementa que apesar das vantagens do orçamento, o mesmo pode apresentar limitações, pois os dados são apenas estimativas, estando sujeitos aos eventos internos e externos que podem afetar as previsões.

Novamente é necessário fazer a ligação entre a teoria voltada para as empresas e o orçamento pessoal. Aqui cabem muito bem os dizeres de Brookson (2000), pois o orçamento pessoal também deve ser um guia de planejamento, que serve para controlar as finanças pessoais, criando responsabilidade e estabelecendo compromisso com os objetivos.

Em se tratando de finanças pessoais, o orçamento é a ferramenta primária para controle de comportamento financeiro visando ao alcance dos objetivos, conforme Weirich (1983), em seu livro *Personal Financial Management*. O autor complementa, dizendo que pessoas que não organizam seu orçamento gastam dinheiro de qualquer maneira e tem dificuldades para alcançar seus objetivos financeiros, isto se eles existirem. Por outro lado, continua Weirich (1983), quando o orçamento é preparado e devidamente seguido, é possível prever quanto dinheiro estará disponível para gastar e no que deverá ser gasto, ou poupado.

Orçamento não é sinônimo de privação. É sim uma forma eficiente de condicionar as despesas frente às receitas, possibilitando a construção um patrimônio, o qual será usufruído em um futuro próximo, de acordo com a necessidade e interesse do planejador. Conforme indica Sanches (2005), “O benefício principal de aprender a administrar o próprio dinheiro com um orçamento é que ele proporcionará uma experiência de como viver dentro das suas reais condições financeiras”.

2.3 Crédito

Para o direito econômico, crédito pode ser definido como:

A troca de bens atuais por futuros, ensejando circulação de valores ou mercadorias. Antecipação de recursos (mercadorias, dinheiro, uso de imóveis, serviços, títulos, etc), prestação futura, feita por uma pessoa a outrem, tendo garantia de pagamento posterior, em razão de confiança depositada na pessoa à qual entrega a coisa, prazo para pagamento (Diniz, apud Suen & Franco, 2008).

Os autores continuam com a definição de crédito explicando que, no ramo do direito civil, “crédito é um direito do credor de exigir a prestação do devedor”. Entretanto, seguindo

o direcionamento desta monografia, a definição no ramo do direito bancário é a mais conveniente, e diz que crédito é “o dinheiro colocado a disposição para alguém no banco”.

Assaf Neto & Brito (2008) contribuem com a definição, dizendo que crédito pode ser analisado de diversas maneiras, mas para uma instituição financeira é a atividade de disponibilizar valor a quem precisa de recursos, por empréstimo ou financiamento, mediante compromisso de pagamento futuro.

Com isso, fica nítido que uma operação de crédito envolve um cedente, que cede ou empresta o capital, e um tomador de recursos, que promete pagar o valor devido em data futura.

A expansão do crédito no Brasil tem atualmente grandes aliados, tendo apoio fundamental nos financiamentos oferecidos pela maioria das grandes lojas de eletrodomésticos, por exemplo, que parcelam qualquer mercadoria em 10 vezes ou mais, dependendo da capacidade de pagamento do cliente, impulsionando assim a economia. Entretanto, o crédito pode se tornar um vilão no orçamento doméstico se não for administrado com responsabilidade, pois comprar é muito fácil, mas pagar nem sempre é possível.

Com a estabilidade econômica e o crescimento do Brasil nos últimos anos, o volume de crédito tem aumentado, estando acessível à maioria dos brasileiros, em diversas modalidades. As principais opções de crédito para pessoas físicas são atualmente os créditos diretos ao consumidor, os empréstimos bancários, os cheques especiais e os cartões de crédito. Segue um detalhamento destas linhas de crédito que serão úteis no decorrer deste trabalho.

2.3.1 Crédito Pessoal

É a modalidade mais comum de empréstimo no Brasil. Ofertado pelos bancos comerciais, a exigência é que o tomador seja cliente da instituição e tenha ao menos um avalista, que tenha renda igual ou superior à prestação devida.

As taxas de juros variam de acordo com a instituição bancária escolhida, mas são geralmente mais elevadas que outras modalidades de crédito, como os financiamentos diretos ou mesmo os empréstimos em consignação.

O prazo também pode variar entre as instituições e principalmente pelo valor do empréstimo. Prazos mais longos possibilitam a tomada de valores maiores, mas oneram muito o cliente, que pagará um valor final muito maior que o empréstimo obtido.

2.3.2 Crédito Direto ao Consumidor (CDC)

Conhecido popularmente como CDC, esta linha de crédito é uma operação destinada à aquisição de bens e serviços por consumidores finais, onde a concessão é efetuada por uma sociedade financeira, e a garantia normalmente é o próprio bem financiado, conforme Assaf Neto (2001).

Como já mencionado anteriormente, os financiamentos diretos têm crescido no Brasil, e inúmeras empresas oferecem CDC, por intermédio de financeiras particulares, para a venda de seus produtos e serviços. Esta modalidade também está disponível diretamente nos bancos.

2.3.3 Empréstimo Consignado

Modalidade de crédito criada pelo Governo Federal em maio de 2005, com o objetivo de ofertar crédito aos idosos, com desconto na folha de pagamento do INSS e juros atrativos. Rapidamente se expandiu tornando-se acessível a diversos funcionários públicos ou não, bastando apenas que as empresas empregadoras possuam convênio com a instituição financeira.

Neste tipo de crédito, o cliente solicita o empréstimo consignado, que será descontado na folha de pagamento pelo número de vezes contratado, sendo que o valor máximo da prestação não pode ser superior a 30% da renda bruta do tomador.

Os juros são de fato mais atrativos que outras espécies de empréstimos, devido ao risco minimizado de inadimplência, pois a parcela é descontada diretamente do salário, antes mesmo que se tenha acesso a ele.

2.3.4 Cheque Especial

É uma espécie de crédito sem avalista, com garantia ou não de nota promissória, que uma vez contratado, estará disponível ao cliente para quando houver necessidade.

É um grande vilão do orçamento, pois cobra uma taxa média de juros acima de 8% ao mês, incidindo apenas sobre o valor e prazo utilizados, mas que vira uma bola de neve quando utilizado sem coerência, com os juros sendo capitalizados sobre o capital e juros anteriores.

Devido à praticidade, sendo contratado apenas uma vez e estando disponível sem ter que ficar solicitando empréstimos ao gerente do banco, é muito popular no Brasil, e por este mesmo motivo é um dos principais fatores de endividamento da população, conforme a FECOMÉRCIO MINAS (2007).

2.3.5 Cartão de Crédito

O cartão de crédito, também conhecido como dinheiro de plástico, tem substituído o dinheiro e o cheque em grande parte das transações comerciais, conforme Frankenberg (1999).

Inventado nos Estados Unidos e difundido mundo afora, atualmente o cartão de crédito é aceito na grande maioria dos estabelecimentos, pois oferece aos usuários a facilidade de possuir um saldo, que poderá ser utilizado a qualquer momento e em qualquer lugar, devendo o titular quitar seus débitos geralmente a cada 30 dias. Os estabelecimentos comerciais, por sua vez, sentem cada vez mais a necessidade de participarem deste jogo de crédito, uma vez que podem ampliar suas vendas, ou ficar de fora desta corrida caso não aceitem, pois a concorrência estará recebendo este dinheiro de plástico.

As administradoras de cartões repassam o valor da compra aos estabelecimentos, e assumem a dívida do usuário, cobrando taxas de juros elevadas em caso de atraso, além de taxas para manutenção do serviço, popularmente chamadas de anuidades.

O mercado de cartões de crédito tem crescido muito nos últimos anos, e está disponível a quem tiver interesse. Muitos bancos e financeiras, inclusive, têm enviado cartões com limites pré-estabelecidos, às casas de clientes ou não clientes, bastando apenas desbloquear o cartão por telefone e efetuar as compras.

Entretanto, Frankenberg (1999) afirma que este é um dos principais causadores de desequilíbrios financeiros do mundo moderno, pois quem não paga no prazo acaba arcando com os juros mais altos do mercado financeiro, que giram em torno de 10% a 12% ao mês.

O grande problema deste crédito farto é a inadimplência, que tem crescido nos últimos anos, pois muitas pessoas são induzidas ao consumismo pelas propagandas convidativas, e mesmo sem ter condições financeiras, sem ter um equilíbrio financeiro, acabam adquirindo bens e serviços, endividando-se e entrando naquela faixa da população, diga-se de passagem a maioria, que não tem domínio de suas finanças.

Isto se comprova através do SERASA (2007), que afirma que os cartões de crédito tiveram importante contribuição para o aumento da inadimplência, representando 30,2% do Indicador SERASA de Inadimplência entre janeiro e novembro de 2007. A FECOMÉRCIO MINAS (2007) também indica que o cartão de crédito é o principal meio de comprometimento da renda do brasileiro, absorvendo quase 35% do endividamento das pessoas.

Entretanto, os cartões podem ser muito úteis para quem administra as finanças de maneira organizada e controlada, transformando-se em crédito de segurança para eventuais necessidades, ou mesmo como unificador das contas, que são quitadas em apenas uma fatura.

2.4 Investimentos

Pode-se considerar investimento qualquer aplicação que traga retorno financeiro. De acordo com Martins (2001, p. 25, apud Pires 2005), “investimento é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos”.

As principais modalidades de investimentos para pessoas físicas no Brasil estão listadas a seguir.

2.4.1 Poupança

Para Frankenberg (1999), a caderneta de poupança há muito tempo é a mais tradicional forma de aplicação no Brasil, e apesar de todas as crises e períodos inflacionários no país, ela continua muito popular e procurada por poupadores.

Conforme a Agência Brasil (2008):

As cadernetas de poupança terão rendimento mínimo assegurado de 0,5% ao mês. A garantia se deve à mudança, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da metodologia de cálculo da Taxa Referencial (TR), utilizada na correção da poupança. A alteração, anunciada nesta quinta-feira (31) pelo Banco Central, tem por objetivo evitar que a TR apresente valores negativos, o que aconteceria nos próximos dias 2 e 3 de fevereiro. De acordo com o Banco Central, a TR corre o risco de ser negativa em meses com poucos dias úteis. Pela nova metodologia, quando a TR for negativa será considerada zero. Como a correção da poupança é igual à TR do dia do depósito mais juros de 0,5% ao mês, as novas regras garantem a remuneração mínima de 0,5% (AGÊNCIA BRASIL, 2008).

Desta forma, a popular caderneta de poupança continua forte e, mesmo com o passar de muitos anos, torna-se novamente uma aplicação interessante, com a garantia de rendimento mínimo de 0,5% ao mês. Apesar de uma rentabilidade baixa, os investimentos em poupança são livres de risco, tendo ainda como benefícios a isenção da incidência de IR – Imposto de renda - sobre os rendimentos, além de não existir taxas de administração sobre as contas, proporcionando um retorno interessante.

2.4.2 CDB / RDB

Para Assaf Neto (2001), os Certificados de Depósito Bancário e os Recibos de Depósito Bancário são títulos de renda fixa, emitidos por instituições financeiras comerciais e de investimento, com juros pré ou pós-fixados e definidos no momento do contrato, de acordo com as políticas de crédito de cada instituição financeira.

A principal diferença entre os CDBs e RDBs é a possibilidade de o CDB ser transferido a outros investidores por endosso nominativo, enquanto o RDB é intransferível.

Os CDBs costumam render pouco menos de 1% ao mês, e são negociados com base no prazo mínimo para resgate e valorização esperada em relação ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Os CDI são títulos idênticos aos CDBs, mas com negociação restrita ao mercado bancário, tendo como função o empréstimo de recursos entre as instituições financeiras, tornando-se uma importante taxa referencial de juros entre os bancos (PORTAL BRASIL, 2008).

2.4.3 Fundos de Investimento

Conforme a ANBID (2008), “Um fundo de investimento é um condomínio que reúne recursos de um conjunto de investidores, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira de títulos ou valores mobiliários”.

Merece destaque a possibilidade oferecida pelos fundos de investimento aos pequenos investidores, que têm acesso ao mercado financeiro com menores custos, além de contarem com o auxílio de profissionais, que definem e administram as carteiras com os títulos de mercado, de modo a proporcionar o melhor rendimento possível aos clientes.

Ainda de acordo com a ANBID (2008), os fundos possibilitam a diversificação de investimentos, uma vez que o mesmo fundo aplica em diferentes opções, como renda fixa, variável, diversos títulos diferenciados, visando minimizar o risco da carteira e possibilitar um ganho potencial de retorno. É importante ressaltar que, sendo considerados condomínios de investidores, os recursos dos fundos nunca são misturados aos recursos das instituições administradoras, e vice-versa.

Os fundos podem ser de renda fixa, mistos ou de renda variável. A grande diferença entre eles é o percentual da carteira investido em ações ou em títulos públicos, lembrando que quanto maior o risco, maior é a possibilidade de retornos financeiros.

2.4.4 Ações

Ações são títulos representativos da menor fração do capital social de uma S/A - Sociedade Anônima, também chamada sociedade por ações ou simplesmente companhia. Conforme Assaf Neto (2001), os acionistas são co-proprietários com direito de participação nos resultados. O autor ainda explica que as ações são negociadas no mercado primário, quando emitidas pela empresa S/A, e no mercado secundário ocorre a renegociação, entre os investidores que compram e vendem os “papéis”.

As ações, também conhecidas como títulos, podem ser *ordinárias* ou *preferenciais*. As ordinárias têm como característica principal o direito a voto nas assembleias de acionistas, enquanto as ações preferenciais têm preferência no recebimento de dividendos.

Os títulos de empresas S/A são negociados nas bolsas de valores, e qualquer pessoa pode investir, não havendo limite mínimo para começar. Conforme Oltramari (2008), o importante antes de começar no mercado de capitais é entender o assunto, procurando conhecimento através de cursos ou palestras de especialistas, minimizando assim os riscos.

2.4.5 Previdência Privada

Conforme a BRASILPREV (2008a), a previdência privada ou complementar é um sistema que objetiva constituir planos privados que complementem a renda mantida pela previdência social, podendo ainda ser útil para construir uma reserva para aqueles que não contribuem regularmente para outro sistema previdenciário.

Os planos de previdência complementar podem ser abertos ou fechados, sendo os primeiros disponíveis em instituições financeiras para qualquer pessoa que tenha interesse em acumular um capital, contratando um plano de acordo com o objetivo. Já os planos fechados ou institucionais, conhecidos como fundos de pensão, são aqueles em que os empregadores são patrocinadores e oferecem esta possibilidade aos funcionários, geralmente contribuindo com uma contrapartida empresarial, incrementando o valor aplicado pelo funcionário, fazendo o montante crescer ainda mais. Os fundos de pensão têm suas restrições e características especiais, como prazo mínimo de participação ou de trabalho na empresa, para que seja possível resgatar a parte aplicada pela patrocinadora, entre outras particularidades.

A previdência privada é composta por duas fases: a de acumulação de recursos e a de recebimento dos benefícios. A primeira ocorre durante a fase de acumulação de capital provindo do trabalho, e a segunda é a retirada parcial, transformando em benefícios mensais, ou o resgate integral dos valores acumulados e rentabilizados.

As principais modalidades de previdência privada são o PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre e o VGBL – Vida Gerador de Benefício Livre. Ambos visam à acumulação de recursos e a transformação destes em uma renda futura.

Quadro 1 – Diferenças entre PGBL e VGBL

PGBL	VGBL
<p>Participante Até 12% da sua Renda Bruta Anual é dedutível da base de cálculo do I.R.</p>	<p>Participante Não há a dedutibilidade das contribuições para efeito de apuração do I.R.</p>
<p>Sobre resgates e rendas recebidas haverá incidência de IR sobre o VALOR TOTAL DO RESGATE E RENDA, de acordo com o regime de tributação escolhido (Progressivo ou Regressivo)</p>	<p>Sobre resgates e rendas recebidas haverá incidência de IR sobre o VALOR DOS RENDIMENTOS, de acordo com o regime de tributação escolhido (Progressivo ou Regressivo)</p>
<p>Ideal para pessoas que fazem a declaração completa</p>	<p>Ideal para pessoas que fazem a declaração simplificada ou pretendem fazer investimentos superiores a 12% do salário</p>

Fonte: BRASILPREV (2008a)

Conforme a BRASILPREV (2008a), o PGBL é indicado para quem faz declaração de imposto de renda pelo modelo completo, devido ao incentivo fiscal que possibilita a dedução de contribuições até o limite de 12% da renda bruta anual, desde a pessoa contribua com o INSS. Ressalte-se que a tributação de IR nos planos PGBL é realizada sobre o valor total, no

momento do resgate, de acordo com a legislação vigente. O VGBL, por sua vez, não possibilita a dedução, porém, no resgate dos benefícios, o IR será tributado apenas sobre os ganhos de capital, ou seja, sobre os rendimentos acumulados, e não sobre o capital total.

O Quadro 2 demonstra que além do modelo de declaração anual de imposto de renda, seja simplificado ou completo, ainda há de se definir sobre a tributação progressiva compensável ou regressiva definitiva. A diferença entre ambas está no fato de a regressiva ser definitiva, partindo de 35% de IR sobre a rentabilidade, diminuindo em 5% a cada dois anos de acumulação do aporte, chegando até a 10% sobre os rendimentos. Já na progressiva, que é chamada compensável, o IR incide com alíquota única de 15%, sendo compensável na declaração anual, conforme tabela vigente.

Quadro 2 - Tributação de Previdência Privada

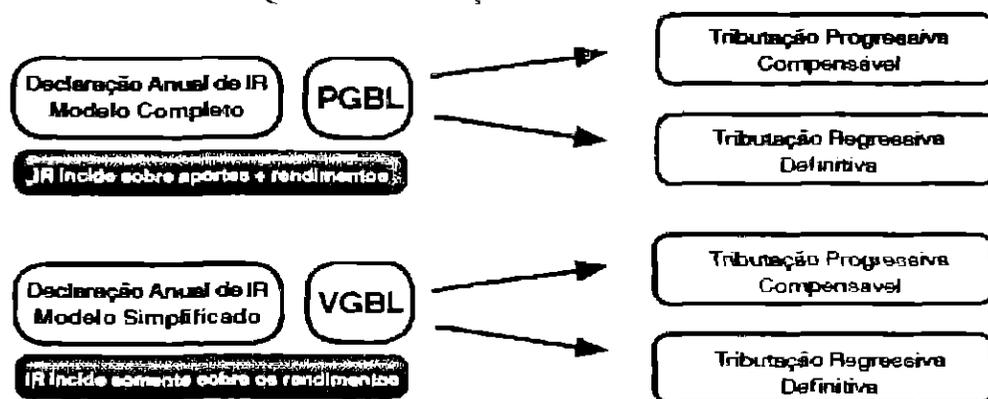


Tabela de tributação:

Prazo de acumulação do aporte	Tributação	
	Regressiva Definitiva*	Progressiva Compensável
Até 2 anos	35%	Resgate 15% na fonte + Ajuste na declaração anual do IR. Para renda conforme tabela progressiva do imposto de renda vigente à época do recebimento.
De 2 a 4 anos	30%	
De 4 a 6 anos	25%	
De 6 a 8 anos	20%	
De 8 a 10 anos	15%	
Acima de 10 anos	10%	

Fonte: BRASILPREV (2008a)

2.5 Independência financeira

Independência financeira pode ser entendida como ter uma renda garantida que satisfaça as necessidades da família. Essa renda pode ser obtida de diversas formas, seja com

imóveis e salários, ou com poupança e investimentos regulares iniciados o mais cedo possível, para que se possa não mais depender do dinheiro para viver.

De acordo com Cerbasi (2004), o planejamento financeiro não significa simplesmente “não ficar no vermelho”, mas tem sim por objetivo conquistar um padrão de vida e conseguir mantê-lo.

Qual é o projeto de vida de cada ser humano, senão trabalhar para acumular um capital e realizações, para um dia poder diminuir o ritmo e aproveitar um pouco a vida? Pois bem, este dia não precisa chegar apenas quando o indivíduo tiver 65 anos. Imagine se não fosse necessário trabalhar por obrigação, que fosse possível apenas aproveitar o lado bom da vida, seja ele qual for, pois cada pessoa tem suas preferências. Com independência financeira não é “necessário” trabalhar, podendo o trabalho se tornar um *hobby*, um prazer, uma ocupação.

“O drama é que a maioria das pessoas não pode se dar a tal luxo, pois são escravos da renda”, corrobora Cerbasi (2004, p. 69). E continua: “Felizmente é possível mudar o quadro”, “Se decidirem ... enriquecer por escolha, de forma planejada, poderão ter um futuro muito mais próspero...”

Para Macedo Junior (2007, p. 69) “quando bem administrado, o dinheiro permite ter uma vida mais tranqüila e prazerosa, permitindo que se busque mais facilmente a felicidade”.

Halfeld (2005) contribui citando alguns passos para se adquirir a independência financeira, tais como ganhar mais, poupar, evitar dívidas, investir corretamente, e insiste: “busque adquirir intensamente a administração financeira”.

E Cerbasi (2004, p. 69) finaliza dizendo que “É rico quem tem uma vida feliz, saúde para vivê-la e também uma renda garantida para manter essa felicidade conquistada ao longo da existência”.

Independência financeira não é ter rios de dinheiro ou colunas de ouro em casa, mas sim uma renda permanente que não diminua o padrão de vida alcançado. O importante aqui é definir qual será o padrão a ser mantido, e qual será o valor financeiro suficiente para garantir esta renda, a fim de satisfazer as necessidades.

Escolher uma vida simples é de fato uma opção, desprendendo-se de bens materiais e despreocupando-se com as finanças. Entretanto, pode ser uma alternativa bastante difícil, pois o mundo atual vive em torno do dinheiro, sendo este necessário por toda a existência humana. Desta forma, a independência em questão tenta proporcionar condições para que as pessoas possam viver bem, sem preocupações financeiras que tirem o sono, e com tempo para aproveitar os bons momentos da vida.

3. METODOLOGIA

Conforme Muller & Cornelsen (2003), o conhecimento científico surge dos mais diferentes modos. Entretanto, o progresso científico está na circulação e uso efetivo das idéias, uma vez que a informação constitui-se em insumo e produto de toda a atividade científica. A informação por si só é passageira, enquanto a interpretação desta informação e o entendimento da mesma transformam-se em conhecimento, que é aprendido, absorvido e perpetuado.

Este trabalho aborda um tema pouco considerado por grande parte das pessoas, e procura assim contribuir com o desenvolvimento do conhecimento científico e em especial à evolução da educação financeira como uma maneira de se ter melhor qualidade de vida. Para tanto, é preciso que as pessoas tenham consciência de que dinheiro não é tudo, mas uma situação financeira organizada, controlada e confortável, proporciona condições para se viver com mais dignidade.

Desta forma, após a decisão pelo tema, foi necessário definir objetivos que servissem de guia para o estudo em questão. O objetivo geral foi definido em virtude da percepção do autor sobre a necessidade de as pessoas se conscientizarem que podem viver melhor, desde que cuidem melhor das finanças.

A partir do objetivo geral, foi preciso determinar uma linha de estudo, que proporcionasse condições para se atingir o objetivo geral. Sendo assim, o primeiro objetivo específico procurou apresentar subsídios e princípios que norteassem o trabalho, através de teorias de renomados autores tradicionais, além da contribuição de autores recentes com obras bem atuais.

O segundo objetivo específico buscou identificar os principais fatores que comprometem a tranquilidade financeira das pessoas, através de pesquisas de domínio público, artigos, sites e outros materiais.

O terceiro objetivo específico apresentou e esclareceu a importância do planejamento e da organização financeira pessoal para o bem-estar das pessoas, utilizando principalmente autores modernos, uma vez que o tema finanças pessoais é relativamente atual no Brasil, tendo seus estudos sido desenvolvidos nos últimos anos.

O quarto e último objetivo específico surgiu da necessidade de se construir uma espécie de guia resumido, um quadro-esquema, que auxiliasse as pessoas que não possuem muito conhecimento na organização das finanças pessoais, a melhorarem suas condições financeiras.

Após a definição dos objetivos e da descrição de teorias relacionadas ao tema, é imprescindível determinar uma forma de estudo que conduza o trabalho, sempre ligada à pesquisa bibliográfica.

Para que isto seja possível, faz-se necessário definir uma metodologia de pesquisa apropriada ao contexto do estudo em questão, garantindo assim a credibilidade e coerência com o caráter científico do mesmo, justificando a escolha em função da adequação específica ao caso, conforme Mazzotti *et al* (1998).

Corroborando Thiollent (1985) informando que a metodologia é uma maneira de conduzir o estudo, exigindo do pesquisador certa habilidade e conhecimento geral, de modo a orientar o processo de investigação, as tomadas de decisões, o levantamento e a identificação de conceitos, técnicas e dados adequados a cada caso.

3.1 Tipo de Pesquisa

Conforme a PROBIC-FAPEMIG (2005), toda e qualquer pesquisa se faz mediante algum critério de classificação, sendo usual a classificação de acordo com os objetivos gerais em três grandes grupos: exploratória, descritiva e explicativa. Corroborando Gil (2002), explicando que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinadas populações, bem como suas atitudes e crenças, utilizando técnicas padronizadas na coleta de dados.

Churchill (1987, apud Vieira, 2002) complementa que uma pesquisa descritiva tem como objetivo conhecer e interpretar a realidade sem, entretanto, interferir para modificá-la, e Vieira (2002) diz que tal pesquisa apresenta as características de determinado grupo ou de algum fenômeno, sem ter o compromisso de explicar a descrição.

As pesquisas diferenciam-se também quanto à natureza, em quantitativas ou qualitativas. Sobre a abordagem qualitativa, Richardson (1999) afirma que tais estudos descrevem determinado problema, analisam a interação entre as variáveis, para compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos, possibilitando a compreensão de particularidades no comportamento das pessoas.

Gil (2002) acrescenta outro tipo de classificação de pesquisas quanto aos seus procedimentos, podendo assumir caráter de pesquisa bibliográfica, documental, experimental, levantamento, estudo de campo, estudo de caso e pesquisa-ação. Conforme o autor, a pesquisa bibliográfica desenvolve-se baseada em material já existente, principalmente livros e artigos

científicos. A pesquisa documental, por sua vez, que é muito similar à primeira, diferencia-se daquela à medida que se vale de materiais que possam ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, tais como relatórios, tabelas, entre outros.

Desta forma, quanto ao tipo de pesquisa, o trabalho em questão possui caráter descritivo, com abordagem qualitativa, pois se utiliza de diversas fontes para levantamento de dados e preocupa-se em descrever a importância da organização das finanças.

O trabalho desenvolve-se através de pesquisa bibliográfica e documental, onde diversas obras são referenciadas no decorrer da monografia, além de dados secundários obtidos em pesquisas publicamente disponíveis. Conforme Oliveira (1997), a pesquisa bibliográfica objetiva apresentar e descrever formas de contribuição científica já existentes sobre determinado assunto, e de acordo com Mattar (1997), a pesquisa documental é uma busca e análise de documentos de domínio público ou não, relacionados ao estudo pretendido.

3.2 Método de Pesquisa

Garcia (1998) entende método com sendo um procedimento ordenado, constituído por diversos instrumentos de apoio, que possibilitam seguir um caminho e chegar aos objetivos propostos. Lakatos & Marconi (1995) contribuem explicando o método de procedimento monográfico, o qual estuda um tema específico de valor suficientemente representativo, obedecendo a uma rigorosa metodologia, aprofundando-se no assunto de acordo com os objetivos do trabalho.

O método utilizado neste trabalho foi de fato monográfico, pois o estudo em questão foi realizado sobre um tema de significativa e crescente representatividade atualmente, com aprofundamentos direcionados aos objetivos previamente definidos, utilizando-se de instrumentos como tabelas, gráficos e outras análises.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

A pesquisa ocorre com o levantamento de dados secundários, obtidos de livros de diversos autores, além de artigos de revistas, periódicos, teses, monografias e sites da internet. Muitas foram as referências pesquisadas, estando entre os autores mais utilizados e principais fontes de direcionamento do estudo: Cerbasi (2004), Frankenberg (1999), Halfeld (2005) e

Macedo Junior (2007), por tratarem em suas obras de assuntos específicos como planejamento, educação e independência financeira.

Há ainda duas pesquisas que merecem destaque: a POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2007), realizada entre 2002 e 2003, e editada em 2007 sob o título “Perfil das despesas no Brasil”, com indicadores selecionados, e a PEC – Pesquisa de endividamento do consumidor, realizada pela FECOMÉRCIO MINAS (2007), na cidade de Belo Horizonte – MG. Destaque-se que a FECOMÉRCIO de São Paulo foi procurada, mas informou que não disponibiliza tais dados, sendo o conteúdo de suas pesquisas restrito às empresas associadas da instituição. Desta forma, optou-se pela FECOMÉRCIO MINAS, por tratar-se de instituição de renome, além de a pesquisa realizada na capital Belo Horizonte ser bem abrangente, uma vez que a cidade é uma das maiores capitais do país.

A POF (IBGE, 2007) foi escolhida por ser de grande relevância no país, uma vez que o IBGE é o órgão oficial de pesquisas sociais do Brasil, com grande credibilidade e abrangência, e contribuiu com dados sobre as despesas correntes dos brasileiros, onde foi possível detectar os principais gastos por tipo de família.

A PEC (FECOMÉRCIO MINAS, 2007), por sua vez, tem sua importância no sentido de apresentar dados sobre o endividamento e inadimplência das pessoas, onde foi possível relacionar as principais causas de endividamento dos brasileiros com a teoria apresentada.

3.4 Tratamento dos Dados

O trabalho segue uma linha interdependente, onde um tópico está diretamente relacionado ao anterior ou à fundamentação teórica. O primeiro objetivo específico é resolvido com a apresentação das teorias, relacionando a qualidade de vida das pessoas com os princípios da administração de finanças pessoais.

A discussão sobre como as pessoas gastam dinheiro é amparada pela teoria sobre consumo e consumismo, que se relaciona ao endividamento, que leva à inadimplência. Estes itens cumprem o segundo objetivo específico, pois apresentam e relacionam os principais fatores comprometedores da tranquilidade financeira das pessoas.

A importância do planejamento financeiro e da organização do orçamento pessoal justifica-se ao longo do estudo, buscando proporcionar condições e informações para que se analise a situação financeira. A partir da discussão, é possível tomar decisões que melhorem a organização das finanças, além de contribuir no discernimento entre bons ou maus negócios.

Alguns tópicos importantes são citados, como a compra da casa própria ou do automóvel, nos quais se percebe que os objetivos das pessoas são diferentes, e as decisões tomadas por uns podem não ser ideais para os outros. Desta forma, faz-se necessário avaliar cada situação em particular.

O gráfico apresentado na página 67 foi elaborado com base nos principais autores norteadores deste estudo, Cerbasi (2004), Frankenberg (1999), Halfeld (2005) e Macedo Junior (2007), e objetiva ser um guia de orientação, com linguagem e sistemática simples, para que as pessoas utilizem como uma ferramenta, para organizar as finanças pessoais ou alcançar a independência financeira.

Por fim, esta monografia não objetiva esgotar o assunto, mas apenas contribuir para o desenvolvimento da educação financeira. Sendo assim, fica a sugestão para futuros estudos sobre a independência financeira como estilo de vida, ou ainda sobre a inclusão da educação financeira nos currículos dos cursos de escola primária e de nível médio, podendo partir de iniciativa do governo ou de instituições socialmente responsáveis, visando à melhoria na instrução e no conhecimento sobre este tão importante tema.

4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA

4.1 Como as pessoas gastam dinheiro

Muitas são as despesas rotineiras dos seres humanos, tais como as despesas mensais com habitação, transporte, alimentação, planos de saúde, remédios, entre outros. Este trabalho, no entanto, procurará evidenciar a realidade dos brasileiros, sustentado pelo fato de existirem pesquisas suficientes no Brasil para apoiar o estudo em questão.

De fato, conforme pesquisas de órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e as FECOMÉRCIO (Federação do Comércio) de vários estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais e Alagoas, por exemplo, é possível traçar um panorama das principais despesas dos brasileiros, como será apresentado a seguir.

Tabela 1 - Despesa média percentual (%) por tipo de família (2002-2003)

TIPO DE DESPESA	Total	Unipessoal	Casal sem filhos	Casal com filhos	Outros grupos
Alimentação	16,90	14,60	14,30	17,40	17,00
Habitação	29,00	34,80	30,00	27,30	30,20
Vestuário	4,60	3,30	3,60	4,70	5,00
Transporte	15,10	12,60	14,90	16,40	12,90
Aquisição de veículos	5,90	5,10	5,70	6,60	4,40
Combustível - gasolina e álcool	3,20	2,60	3,80	3,60	2,60
Urbano / Coletivo	2,40	1,50	1,80	2,20	2,80
Assistência à saúde	5,70	5,80	7,80	5,10	6,00
Remédios	2,60	2,60	3,20	2,20	2,90
Plano/Seguro saúde	1,50	1,70	1,70	1,40	1,60
Educação	3,30	1,70	1,20	3,90	3,50
Despesas diversas	2,30	2,70	2,70	2,00	2,20
Impostos, Pensões, Mesadas e Doações	11,20	14,50	11,70	11,20	12,30
Aumento do ativo	4,70	3,20	7,50	5,00	3,40
Diminuição do passivo	2,00	2,00	2,20	2,00	1,80

Fonte: POF, Pesquisa de Orçamento Familiar. Brasil: distribuição da despesa mensal familiar, em porcentagem, por tipo de família, segundo tipos de despesas – 2002-2003.

A Tabela 1 é uma adaptação da POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 (IBGE, 2007), e destaca as principais despesas correntes dos brasileiros. Percebe-se que entre os principais grupos de despesas estão a habitação em primeiro lugar, custando cerca de 30% da renda dos brasileiros, seguida pela alimentação com quase 17% e pelo transporte com

cerca de 15% da renda das famílias. É interessante destacar que a despesa com “aquisição de veículos” representa quase 6% do total de despesas dos brasileiros, representando ainda cerca de 40% do custo médio de transporte, enquanto o transporte coletivo representa apenas 2,4% do total ou cerca de 16% da conta de transporte. Some-se ao custo de aquisição de veículo as despesas de combustível, que representam mais de 50% do valor médio de aquisição, além da manutenção dos automóveis, seguros, impostos e eventuais multas de trânsito.

Ainda na Tabela 1, é possível observar que os brasileiros gastam 4,6% de seus orçamentos em vestuário, valor superior aos 3,3% investidos em educação. Outras despesas correntes e consideráveis são os gastos com impostos e com a saúde, incluindo planos de saúde e remédios. O aumento do ativo e a diminuição do passivo, considerados investimentos ou diminuição das obrigações com terceiros, são mais representativos entre os casais sem filhos, apresentando os maiores números na pesquisa realizada entre 2002 e 2003.

Bonatelli (2007), em artigo publicado na Revista Espaço Aberto, edição 85, publicada mensalmente pela Coordenadoria de Comunicação Social da USP (Universidade de São Paulo), contribui informando que a POF é realizada pelo IBGE a cada década, e complementa que o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a FEA/USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) analisam profundamente os dados das últimas POFs. Os estudos do IPEA e da FEA/USP comprovam os percentuais médios citados pela POF, indicando que as despesas com habitação representam 28,6% do orçamento, seguida pelos gastos com alimentação (23,7%), transporte (13,8%) e saúde com 9,1%.

Mesmo com algumas diferenças nos percentuais apresentados pelas instituições, é possível perceber que cerca de 60% a 70% da renda das famílias brasileiras é comprometida diretamente com itens básicos para a sobrevivência, como habitação, transporte e alimentação. Teoricamente, os 30% ou 40% restantes deveriam ser o excedente de caixa, ou a sobra mensal, que poderia ser economizada, mas na prática estes valores acabam sendo diluídos em despesas variáveis e muitas vezes inesperadas.

Desta forma, tendo em vista o foco deste estudo, vale destacar alguns aspectos que procuram auxiliar na melhor utilização da renda, principalmente sobre os itens de necessidades básicas.

A habitação deve ser encarada sob dois aspectos, o aluguel e a casa própria. Quem paga aluguel deve avaliar se o valor pago é razoável, ou se a prestação é muito elevada e é mais interessante investir em um imóvel próprio, transformando a despesa em investimento de longo prazo. Caso não seja possível adquirir um imóvel, deve-se analisar a possibilidade de mudar a residência, diminuindo o valor gasto com o aluguel, fazendo com que sobre mais

dinheiro para outras necessidades. Quem possui casa própria tem como principais despesas a taxa de condomínio e as chamadas de capital para manutenção e reforma. As taxas de condomínio refletem os luxos e serviços oferecidos pelos condomínios, e geralmente é possível economizar morando em um local mais simples. As chamadas de capital, ou rateios, são necessários para manter e prolongar a vida útil, e tornam-se cada vez mais importantes, e caros, quanto mais antigos forem os imóveis. Desta forma, deve-se analisar a opção de mudança de endereço, buscando um imóvel mais novo, que tenha menores custos de manutenção.

Em suma, cada caso deve ser analisado, sendo importante adequar os imóveis às reais necessidades, principalmente no que diz respeito ao tamanho e localização. Um casal sem filhos, no auge da atividade profissional, por exemplo, pode optar pelo aluguel de um apartamento pequeno próximo ao trabalho. Já para uma família maior, talvez seja mais interessante comprar ou construir uma casa um pouco afastada do centro, pois os imóveis mais distantes costumam ser mais econômicos, além de oferecerem maior tranquilidade para o crescimento dos filhos.

A alimentação, por sua vez, sendo um item imprescindível no orçamento, deve ser administrada com coerência, pois existem diversas opções de supermercados, restaurantes e outros estabelecimentos, principalmente nas grandes cidades, que muitas vezes apresentam grandes diferenças de preço entre os locais escolhidos. Almoçar em restaurantes pode ser significativo no orçamento, mas muitas vezes torna-se imprescindível devido ao tempo, distância para deslocamento até a residência, ou outros motivos. Nestes casos, pode-se reservar uma verba mensal para esta finalidade, com base no preço médio de uma refeição. Deve-se ainda atentar para o preço cobrado, pois existem diversos estabelecimentos com valores muito diferentes, onde nem sempre a qualidade da refeição é percebida como um verdadeiro diferencial. Um ponto importante é procurar pagar sempre à vista, evitando “marcar na conta”, ou mesmo utilizar cartões de crédito, afinal, essas atitudes apenas adiam o problema, pois no mês seguinte a pessoa estará pagando por algo que nem lembra quando consumiu, acumulando as despesas, sendo assim um complicador na organização das finanças pessoais.

Outro aspecto importante sobre a alimentação diz respeito às refeições não rotineiras, como almoços e jantares em restaurantes não convencionais para o atual padrão de vida. Essas despesas são de fato um luxo, um *hobbie* ou mesmo lazer, mas geralmente são mais caras e não estão previstas no orçamento. O ideal para quem aprecia uma boa gastronomia é organizar as finanças, incluindo tais despesas no orçamento, desde que outras necessidades

não sejam negligenciadas. Outra opção é, sempre com base na organização do orçamento financeiro pessoal, pagar todas as contas rotineiras, reservar uma verba para despesas extras, e o excedente pode ser aproveitado com esta forma de lazer.

O item transporte tem seus custos determinados pelo uso de transportes coletivos ou mesmo pelo uso de automóveis. O valor gasto com transporte coletivo não depende de opção, pois é preciso trabalhar, deslocar-se para determinados lugares, e o preço da passagem é determinado pela empresa. Entretanto, é possível analisar a viabilidade de residir próximo ao trabalho, diminuindo assim o tempo e dinheiro gasto com este item, além de possibilitar caminhadas que favorecem o bem estar físico e mental. Outra opção de transporte é de automóvel que, por sua vez, aumenta e muito os custos, pois deve-se computar o valor do veículo, além do combustível gasto, seguro do automóvel, estacionamento, eventuais acidentes e multas de trânsito, entre outros fatores. Desta forma, além de contribuir com os congestionamentos nas grandes cidades, o automóvel é um meio de transporte caro, especialmente se a pessoa anda sozinha. Uma opção é dividir o veículo com mais ocupantes, dividindo as despesas, ou mesmo utilizar-se de transportes coletivos. Aqui também se encaixa a possibilidade de residir mais próximo do destino, melhorando contudo a qualidade de vida.

De maneira geral, deve-se avaliar a situação de cada um na tentativa de mudar alguns hábitos, visando à melhoria na qualidade de vida, economizando dinheiro que poderá ser útil de outras formas.

4.2 Planejando Finanças Pessoais

Muitas pessoas não organizam suas finanças, simplesmente levam a vida com outras preocupações, não tendo “tempo” para analisar as receitas e despesas. Outras pessoas até acreditam que um bom planejamento possa ajudar a organizar a vida financeira, mas não sabem como isso funciona ou não têm paciência e perseverança para tal projeto. Outros, por sua vez, acreditam que sabem exatamente quanto ganham e quanto gastam, dispensando um orçamento no papel por se julgarem inteligentes o suficiente para memorizar todas as contas.

Enfim, muitas são as razões para não planejar as finanças, mas, enganam-se aqueles que ignoram o poder de simples ferramentas contábeis e muita persistência, no intuito de melhorar a situação pessoal ou da família.

Um bom planejamento financeiro é feito no papel, ou no computador, e é revisado constantemente, buscando sempre atingir os objetivos de curto prazo, como o simples

pagamento das contas em dia, para então obter o sucesso desejado no longo prazo, que pode ser a compra da casa própria, de um automóvel ou mesmo uma viagem. O orçamento deve ser escrito, deve registrar as entradas e saídas de recursos, pois muitas vezes as falhas ocorrem por situações inesperadas, despesas imprevistas ou esquecidas, que acabam se tornando um peso por vários outros meses.

Mas como planejar as finanças sem ser um profissional de contabilidade?

Existem muitas formas de orçamento, mas um modelo simples pode ser feito separando-se os recebimentos das despesas, e somente depois calcula-se o total para saber se sobrou ou se faltou dinheiro.

Tabela 2 – Orçamento hipotético do casal Carlos e Silvia

RECEITAS	Dia	maio	junho	julho	agosto	setembro
Síndico	01	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
Salário Carlos	05	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Salário Silvia	10	1.300,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Total Receitas		3.700,00	3.900,00	3.900,00	3.900,00	3.900,00
DESPESAS	Dia	maio	junho	julho	agosto	setembro
Financ. Veículo	05	1.035,00	1.035,00	1.035,00	1.035,00	1.035,00
Condominio	10	267,22	269,50	267,61	268,50	268,70
Luz	10	83,29	76,51	90,71	90,92	94,63
TV a cabo	10	218,27	225,63	219,00	221,70	222,06
IPTU	10	41,88	41,88	41,88	41,88	41,88
Cartão de Crédito 1	10	554,90	790,20	640,98	748,11	791,15
Cartão de Crédito 2	10	1.290,12	1.089,00	1.123,97	1.001,55	918,47
Outras/Diversas		0,00	74,00	0,00	150,00	0,00
Total Despesas		3.490,68	3.601,72	3.419,15	3.557,65	3.371,89
Saldo (Receitas - Despesas)		209,32	298,28	480,85	342,35	528,11

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 2 apresenta um exemplo que possibilita compreender algumas premissas do orçamento pessoal. Em primeiro lugar percebe-se a estrutura do mesmo, com as receitas e despesas separadas, organizadas por data de vencimento e discriminadas por tipo de conta. É importante observar que as receitas são somadas em separado, bem como as despesas têm sua soma. Desta forma sabe-se exatamente qual o valor dos recebimentos e das despesas. Posteriormente, verifica-se o saldo final para visualizar o que realmente está sobrando ou faltando no orçamento.

Para as finanças pessoais, dois grupos principais se destacam no que se refere às despesas. O primeiro grupo é de despesas fixas, que são aquelas despesas rotineiras, com vencimento programado e que geralmente possuem um valor pré-definido. No exemplo acima, percebe-se que as despesas fixas são o Condomínio, a Luz, a TV a Cabo e o Financiamento de Veículo, até que este seja quitado. O outro grupo é de despesas variáveis, que são aquelas muitas vezes imprevistas, ou que não possuem um valor pré-definido, podendo ser maiores ou menores de acordo com o consumo no período. As despesas variáveis no exemplo acima são a alimentação, os cartões de crédito e a conta "Outras/Diversas", pois os gastos variam de acordo com o consumo, podendo ser minimizados com um pouco de esforço.

Vale destacar que o orçamento hipotético da tabela 2 é de uma família com suas finanças organizadas, fazendo com que sobre um excedente para lazer ou para outros fins. Caso a família acima se condicionasse a economizar nos Cartões de Crédito, provavelmente o excedente seria bem maior, permitindo que os mesmos se tornassem poupadores ou investidores. Por outro lado, caso a família acima tivesse filhos, provavelmente a situação seria um pouco mais complicada, pois outras despesas entrariam no orçamento, fazendo com que o saldo final fechasse negativo.

Eis a importância do orçamento. Planejar finanças é estruturar as contas de forma sistemática, facilitando a visualização dos excessos e das faltas, permitindo ações corretivas para cortar ou diminuir despesas, e, principalmente, possibilitando a previsão orçamentária para os próximos períodos.

É ainda importante destacar que um planejamento financeiro pessoal deve ser de longo prazo, pelo menos um ano, devendo ser revisado constantemente, com atualizações de despesas e também de receitas, permitindo assim uma análise crítica da evolução no alcance dos objetivos de curto prazo, visando sempre ao objetivo maior que se quer atingir no futuro.

4.3 Endividamento e Inadimplência

Se com o planejamento financeiro é complicado manter as contas em ordem, sem o mesmo fica muito mais difícil obter êxito no controle das finanças, ocasionando muitas vezes um excessivo endividamento e a conseqüente inadimplência.

Endividamento é o ato de endividar-se, de contrair obrigações em forma de dívidas, e ocorre de diversas formas, seja com empréstimos bancários, seja comprando a prazo em estabelecimentos comerciais, financiando bens de consumo, ou mesmo utilizando um cartão de crédito.

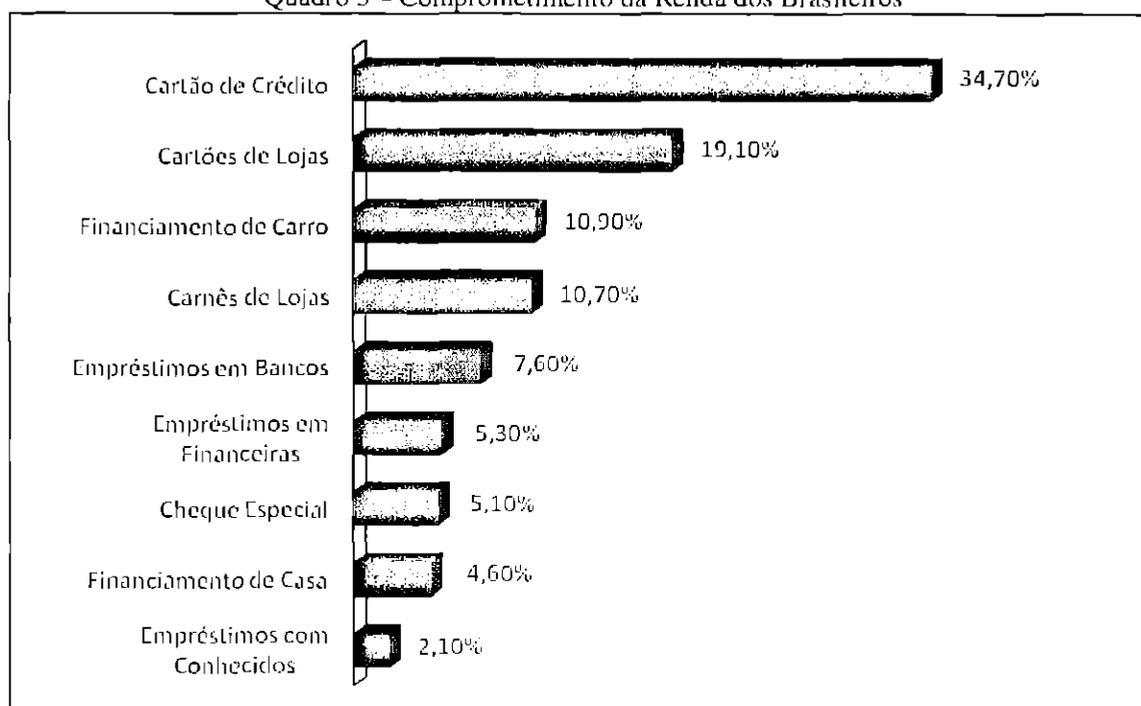
Já a inadimplência, conforme Aurélio (2008), é um termo de origem jurídica que significa a falta de cumprimento de um contrato ou de qualquer uma de suas condições. Do ponto de vista financeiro, o inadimplente é aquele que deixou de honrar com alguma obrigação de pagamento no prazo previsto. Na prática, conforme a FECOMÉRCIO MINAS (2007), em sua PEC (Pesquisa de Endividamento do Consumidor) realizada entre os meses de setembro e outubro de 2007, a inadimplência refere-se aos compromissos financeiros vencidos há mais de 90 dias e que passam a constar no Cadastro do BACEN - Banco Central do Brasil.

Independente da definição escolhida para endividamento e inadimplência, ambos são vilões do orçamento de qualquer pessoa ou família, e devem seguir uma regra simples, prática e eficaz: as despesas devem caber no orçamento, ou seja, nunca se deve gastar mais do que se ganha.

Em tempos de crédito farto e abundante no Brasil, é comum que as pessoas se deparem com agentes financeiros nas ruas, especialmente em grandes cidades. É comum também receber correspondências de bancos ou de financeiras, oferecendo dinheiro de maneira fácil ou mesmo sugerindo o refinanciamento de dívidas. Conforme a FECOMÉRCIO MINAS (2007), a atual facilidade ao crédito tem sido positiva para alavancar a economia brasileira, especialmente para as classes menos favorecidas, mas é importante conhecer os riscos de se endividar, decorrentes da falta de cultura do uso do crédito.

Ainda de acordo com a FECOMÉRCIO MINAS (2007), a PEC detectou que 92,5% dos consumidores possuíam algum tipo de compromisso financeiro para os meses seguintes, e o campeão no comprometimento da renda dos brasileiros é o cartão de crédito, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Comprometimento da Renda dos Brasileiros



Fonte: FECOMÉRCIO MINAS (2007)

Dentre os itens do quadro acima, percebe-se que o principal causador do endividamento é o cartão de crédito, um meio prático, conveniente e muito tentador de ceder ao consumismo. Os cartões de lojas, chamados cartões *private label*, que diferenciam-se dos de crédito basicamente por terem sua aceitação reduzida apenas às lojas emittentes, também se destacam na pesquisa. O financiamento de automóveis era o terceiro maior comprometedor da renda no Brasil em 2007, e possivelmente deve ter aumentado seu índice devido aos novos recordes da indústria automobilística. Cabe ressaltar que empréstimos diversos em bancos, em financeiras ou com conhecidos também são considerados dívidas, e pesam no orçamento juntamente com o parcelamento de compras a prazo, muitas vezes até sem entrada.

Desta forma, dentro de um bom planejamento financeiro, deve-se prever as despesas futuras, fazendo com que haja um saldo excedente para as compras diversas, procurando pagar à vista sempre que possível, ou no menor prazo, evitando contrair dívidas. Uma forma simples é criar uma conta no orçamento chamada “despesas extras” ou algo similar, reservando um determinado valor para passar o período até o próximo recebimento. Assim, além das despesas fixas como habitação, transporte e compromissos já assumidos, haverá um valor pré-determinado para todas as despesas variáveis, devendo ser respeitado se a pessoa realmente tiver interesse em melhorar sua vida financeira.

4.4 A melhor maneira para acabar com as dívidas

A maneira mais simples para sair de uma situação devedora, para muitos, parece ser justamente a tomada de um novo empréstimo, ou o refinanciamento da dívida, por um prazo mais longo, com parcelas que caibam no orçamento e muitas vezes até com juro menor. No entanto, refinanciamentos com prazos mais longos geralmente custam mais caro, mesmo que a taxa de juros ou a prestação seja menor.

Desta forma, uma vez endividado, é preciso um esforço extra para sair desta situação, reorganizando a vida financeira, cortando despesas e muitas vezes até recorrendo a novos empréstimos, com muito critério, considerando alguns aspectos importantes como o tipo da dívida, a taxa de juros, o prazo, o valor considerado e principalmente a capacidade de pagamento.

O primeiro passo é identificar os tipos de despesas, relacionando primeiramente as despesas correntes, rotineiras, e posteriormente aquelas que já encontram-se vencidas, pois de nada adianta quitar obrigações atrasadas e deixar que novas inadimplências ocorram. Lembrando que é sempre necessário manter as despesas correntes em dia, ou seja, a conta de despesas deve ser totalmente coberta pela conta de receitas, impedindo assim a ocorrência de endividamento. Já as dívidas vencidas, estas podem ser de diversas formas, como cartão de crédito, cheque especial, empréstimos e financiamentos, entre outros. Desta forma, é importante anotar e analisar cada dívida, procurando a melhor forma para quitar cada uma em particular.

Outro aspecto importante é a taxa de juros cobrada na dívida em questão. Deve-se sempre procurar parcelar ou refinar com uma taxa inferior à atual. Aliado à taxa de juros está o prazo, que deve ser sempre o menor possível, pois um prazo mais longo engana com parcelas geralmente mais baixas, escondendo o verdadeiro valor final da operação.

O valor também deve ser considerado, pois muitas vezes é mais interessante aguardar um pouco para quitar no próximo mês, por exemplo, que recorrer à empréstimos e financiamentos de contas não muito altas.

A capacidade de pagamento, por sua vez, talvez seja o aspecto mais importante a ser analisado quando há interesse e necessidade não apenas de honrar com obrigações vencidas, mas em todas as situações de tomada de empréstimos, financiamentos, ou qualquer forma de endividamento. A capacidade de pagamento diz respeito ao valor da renda que será comprometido com determinada despesa, e não deve ultrapassar 30% do salário líquido, pois existem diversas outras despesas correntes mensais que ocupam o saldo restante.

A Tabela 3 exemplifica hipoteticamente uma situação inadimplente do casal Carlos e Silvia, conforme orçamento da Tabela 2, apresentando diversas despesas com diferentes taxas de juros. Percebe-se naquela Tabela que o casal mantém as contas em dia, com saldo final positivo, com exceção das despesas vencidas da Tabela 3. Entretanto, apesar de o saldo final ser positivo, o mesmo ainda é insuficiente para quitar as despesas atrasadas.

Tabela 3 - Despesas Vencidas do casal Carlos e Silvia

DESPESAS VENCIDAS	Valor Original	Multa	Juros / mês
Financ. Veículo - Ref. Agosto	1.035,00	2%	1%
Condominio - Ref. Agosto	269,32	2%	1%
Luz - Ref. Julho	107,49	2%	1%
Luz - Ref. Agosto	121,36	2%	1%
Cartão de Crédito 1	2.500,00	2%	12%
Cartão de Crédito 2	2.200,00	2%	12%
Padaria	340,00	0%	0%
Total Despesas Vencidas	6.573,17		

Fonte: Elaborado pelo autor

Uma das alternativas para liquidar as dívidas do casal seria recorrer a empréstimos bancários no valor total, geralmente com taxas inferiores aos dos cartões de crédito, mas superiores às taxas das outras contas. Outra alternativa seria parcelar a dívida de cartão de crédito direto com o emitente, também com juros inferiores aos cobrados pelo atraso, tomando o valor restante emprestado de um banco, até por que nem sempre é possível conseguir todo o valor com uma instituição bancária, dependendo entre outros fatores, da renda, do prazo, do valor desejado e do próprio relacionamento com a instituição onde se deseja tomar crédito.

Uma boa opção para tomar dinheiro emprestado é o chamado empréstimo consignado, geralmente com taxas de juros bem mais atrativas devido ao risco minimizado. Infelizmente essa modalidade não está acessível à todas as pessoas, pois trata-se de desconto direto na folha de pagamento de funcionário público ou de empresa privada que possua convênio com alguma instituição financeira.

Existem sim diversas possibilidades para honrar com tais compromissos, especialmente devido à renda do casal em questão. Entretanto, a melhor alternativa pode ser diminuir as despesas correntes apresentadas na tabela 2, como os cartões de crédito e quem sabe até a TV a cabo, fazendo com que o excedente mensal seja o maior possível. Ao mesmo tempo, o casal deve tentar quitar as pendências com o financiamento do veículo e as contas de

luz e condomínio, procurando pagar a vista, sem recorrer a empréstimos se possível. Os cartões de crédito, por sua vez, devem ser renegociados com a própria administradora emitente, procurando uma taxa mais acessível para parcelamento. É possível também procurar um empréstimo em algum banco, analisando a taxa de juros, que deve ser menor que a da administradora de cartões. Resta a conta na padaria, a qual não cobra juros, que pode ser saldada em algumas poucas parcelas, conforme acordo com o proprietário do estabelecimento.

Conforme sugere Cerbasi (2004, p. 74), “é preciso declarar guerra às dívidas”, com muito esforço para pagar as contas no menor prazo possível, pois pagar aos poucos apenas alimenta os juros, que voltarão a aumentar a dívida.

Algumas lições importantes podem ser tiradas deste exemplo. Em primeiro lugar, deve-se evitar dívidas, mantendo as contas em equilíbrio, e nunca gastando mais do que as receitas. Sustentado em Frankenberg (1999, p. 80), é preciso evitar os financiamentos formais ou informais, procurando pagar tudo à vista, pois além de ser um hábito salutar, pode proporcionar bons descontos.

A segunda lição é evitar as despesas desnecessárias que inflam as contas, pois comprar é muito fácil, especialmente com o crédito farto atualmente no Brasil, mas na hora de pagar a situação fica mais complicada.

Outro ponto importante é, quando necessário financiar ou tomar algum empréstimo, procurar a taxa de juros mais atrativa, buscando sempre um juro menor. Aliado à taxa de juros está o prazo de parcelamento, que também deve ser o menor possível, pois prazos maiores encobrem o verdadeiro valor final, custando mais para o bolso, mesmo que a taxa de juros ou a parcela seja menor.

Para finalizar, é preciso estar atento e manter em dia as contas para manutenção da residência, tais como água, luz, condomínio, aluguel ou financiamento, pois estes atrasos podem complicar a vida de quem reside no imóvel.

4.5 Objetivos de Longo Prazo

Transformar sonhos em realidade exige muito esforço, e uma das razões pelas quais as pessoas não realizam tais sonhos está ligada ao dinheiro, pois conforme Frankenberg (1999, p. 48) “a grande maioria dos nossos objetivos exige disponibilidade financeira”. Desta forma, uma vez que a realização de muitos sonhos está ligada às finanças, é importante planejar a vida para não ter preocupações com dinheiro, ou com a falta dele.

Livre do endividamento, é possível planejar as finanças pessoais com vistas ao futuro, usufruindo de todos os benefícios de uma boa organização financeira. O planejamento financeiro, por sua vez, deve contemplar os objetivos almejados, nos horizontes de curto prazo, passando pelos de médio e traçando metas para o alcance dos objetivos mais distantes, muitas vezes até de uma vida toda.

Todos os objetivos variam de acordo com as escolhas individuais de cada pessoa, e os de curto prazo para uns podem ser os de médio ou mesmo de longo prazo para outros. Uma pessoa com baixa renda, por exemplo, pode ter como objetivo de curto prazo o simples pagamento de determinadas dívidas, ou mesmo a aquisição de um eletrodoméstico em diversas parcelas. Já para uma pessoa mais favorecida de finanças, o objetivo de curto prazo pode ser a aquisição de um carro do ano, ou mesmo de uma casa na praia.

Os objetivos das pessoas são muito diferentes, entretanto, devem ser estruturados de forma similar, pois as metas de curto prazo devem se tornar os pilares para construção do grande sonho de longo prazo. Reescrevendo, deve-se plantar a semente das finanças pessoais a cada dia, com metas de poupança mensal, aplicações periódicas, para usufruir no futuro da árvore do dinheiro, como já dizia o planejador financeiro Macedo Junior (2007).

Para a definição de tais objetivos, as pessoas devem definir antes de qualquer coisa o que desejam ser, o que desejam ter e o que desejam fazer no futuro. Desejar uma casa na praia requer muito mais esforço e determinação que a compra de um carro popular, por exemplo. Corroborando Frankenberg (1999, p. 54), afirmando que “a escolha do estilo de vida que pretende manter será fundamental para determinar se você será bem-sucedido financeiramente ou não”, e complementa que sem objetivos claros e bem determinados, as pessoas vivem como se fossem um barco sem rumo.

Um exemplo muito comum de um objetivo de longo prazo, ou plano para a vida toda, especialmente no mundo capitalista, é juntar o primeiro milhão. Muito comum e discutido, o tema possui até um livro chamado “Como chegar ao seu primeiro milhão”, de Falcone & Tesima (2008). Os autores apresentam um breve histórico de suas vidas, além de características de diferentes tipos de investimentos, e focam a independência financeira com o principal objetivo de juntar um milhão de reais até os 49 anos, podendo assim se dar ao luxo de usufruir um futuro tranqüilo, sem maiores preocupações financeiras.

O título do livro é bem sugestivo como um plano de vida, pois com este valor é possível viver de juros mensais conforme Falcone & Tesima (2008, p. 55): “o dinheiro economizado durante quinze anos deveria nos sustentar a partir dos 49 anos de idade e nos 26 anos seguintes, com uma mesada de R\$ 6.000,00”. Diga-se de passagem que este milhão pode

ainda crescer com o tempo, e conseqüentemente a chamada “mesada”, desde que seja aplicado coerentemente.

Este é apenas um exemplo de plano de vida, o qual deve ser definido por cada pessoa que compactue com os princípios da educação financeira, visando a uma vida confortável, não necessariamente de rico, mas de alguém que quer construir um capital suficiente para poder realizar os principais sonhos de toda a vida.

4.6 O que é preciso para a independência financeira?

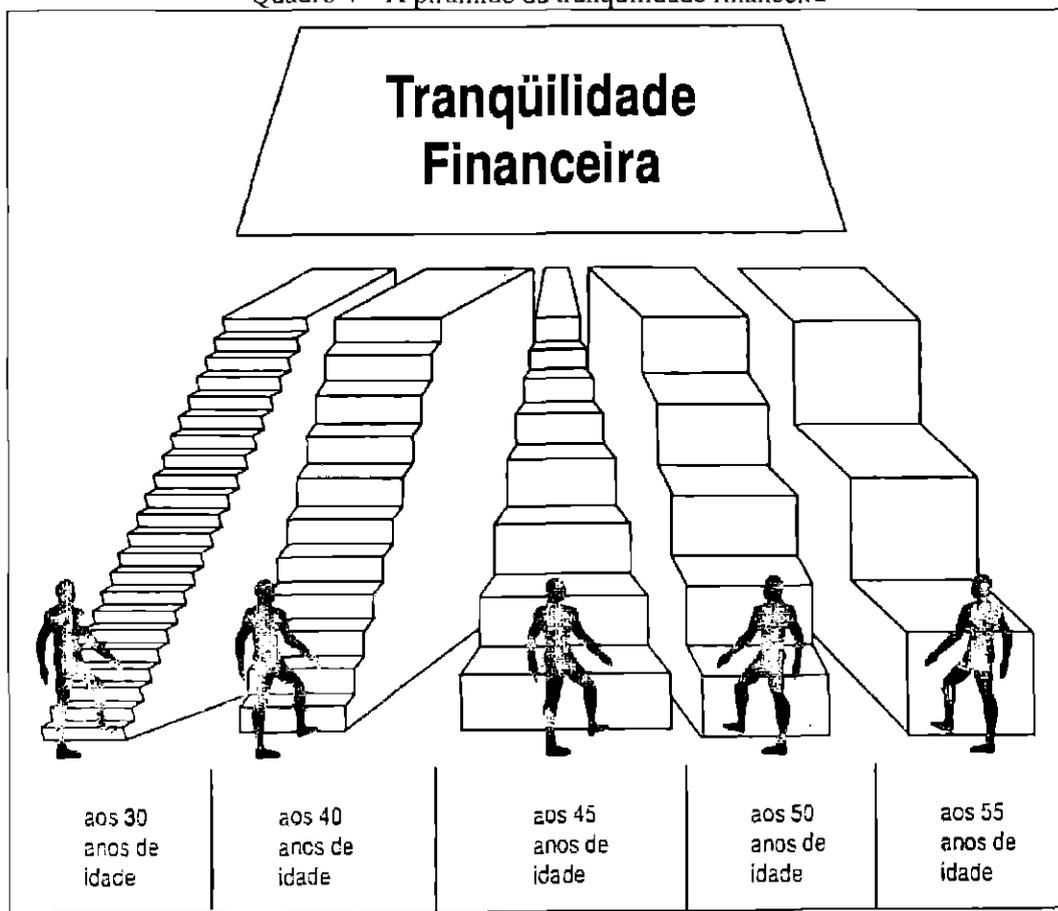
A independência ou tranqüilidade financeira está relacionada ao modo de vida que a pessoa deseja ter no futuro, e deve satisfazer plenamente a as necessidades e desejos, de acordo com a opção escolhida como a maneira de viver.

Deve-se salientar que a independência financeira não é apenas ter muito dinheiro, para comprar qualquer coisa a qualquer momento, mas sim, ter o dinheiro suficiente para manter uma condição digna e desejada, sem se preocupar em ter que produzir capital com o trabalho, ficando este facultado ao interesse ou não de possuir uma ocupação ou um *hobbie*.

Conforme Frankenberg (1999, p. 83), alguns critérios devem ser considerados ao longo da vida, para que a tranqüilidade financeira seja alcançada mais facilmente. Os critérios, segundo o autor, dizem respeito à idade e estado civil das pessoas, relacionando o percentual de 5% a 10% de poupança mensal sobre o salário líquido de pessoas solteiras, no início de suas vidas profissionais, chegando aos percentuais de 15% a 20% do rendimento líquido para pessoas maduras e com filhos já encaminhados. O próprio autor destaca que são critérios puramente teóricos, não rígidos. De fato isto é muito relativo e questionável, pois alguém que realmente tenha interesse em se emancipar financeiramente deve fazer um esforço desde cedo, devendo poupar o maior valor que puder desde o início da carreira, uma vez que ao longo da vida as despesas tendem a aumentar, com a chegada dos filhos e da velhice, por exemplo.

Ainda nesta linha, Frankenberg (1999, p. 84) apresenta a pirâmide da tranqüilidade financeira, onde demonstra que quanto mais cedo as pessoas começarem a planejar a vida, menores serão os degraus, menor será o esforço, pois a ascensão na pirâmide é suave. Ao contrário, conforme o Quadro 4, quanto mais tarde for a preocupação com finanças, mais difícil será criar uma situação confortável para a aposentadoria.

Quadro 4 – A pirâmide da tranqüilidade financeira



Fonte: Frankenber (1999, p. 84)

Para Cerbasi (2004) a independência financeira e a aposentadoria estão interligadas, mas nenhuma das duas precisa estar ligada à velhice. O autor corrobora com o assunto em questão com o posicionamento de que não é preciso alcançar a terceira idade para se aposentar e ter independência financeira, pois esta tranqüilidade pode vir muito mais cedo, desde que haja comprometimento e persistência com a causa de se preocupar com o futuro financeiro. É claro que outros fatores contribuem, como heranças familiares, sucesso profissional e estilos de vida alternativos, mas o importante para a idéia de independência financeira é não depender do trabalho. Cerbasi (2004, p. 145) ainda acrescenta que aposentadoria não deve significar estagnação, mas sim viver da melhor forma possível, fazendo aquela tão sonhada faculdade, dedicando mais tempo aos *hobbies*, podendo viajar e conhecer o mundo, entre outras ocupações.

Mas afinal, quanto é preciso para a tão sonhada independência financeira?

Esta pergunta é respondida com outra: Qual o estilo de vida desejado?

Eis que o assunto retoma a questão da definição dos objetivos de longo prazo, ou do plano de vida, devendo contudo se considerar as metas de curto e médio prazo, que serão os pilares que darão sustentação para a independência financeira.

Alguém que deseja ter uma vida financeira sem preocupações, uma velhice tranqüila e com dignidade, deve se organizar para poupar um pouco durante toda a vida, pois “pequenas quantias poupadas na juventude transformam-se facilmente em centenas de milhares de reais ao fim de trinta anos” (HALFELD, 2005). O autor acrescenta que se deve usufruir da mágica dos juros compostos, o quanto antes.

Por outro lado, alguém que tem um plano definido, como o de possuir um milhão de reais em determinado período, deve utilizar-se da matemática financeira para calcular o valor mensal de contribuição para o sonho, além da taxa de juros necessária e o tempo para atingir tal objetivo. A tabela 4 exemplifica algumas situações possíveis para se chegar ao primeiro milhão.

Tabela 4 – Chegar ao primeiro milhão

Objetivo	Aporte Mensal	Tempo Necessário para alcançar R\$ 1 Milhão		
		0,65%	1,00%	2,00%
R\$ 1 milhão	R\$ 1.000,00	311 meses	241 meses	154 meses
R\$ 1 milhão	R\$ 2.000,00	224 meses	181 meses	122 meses

Objetivo	Prazo (meses)	Valor de Contribuição Mensal		
		0,65%	1,00%	2,00%
R\$ 1 milhão	120	R\$ 5.527,34	R\$ 4.347,09	R\$ 2.048,10
R\$ 1 milhão	240	R\$ 1.740,36	R\$ 1.010,86	R\$ 174,08

Aporte mensal	Prazo (meses)	Valor ao final dos períodos		
		0,65%	1,00%	2,00%
R\$ 1.000,00	120	R\$ 180.918,93	R\$ 230.038,69	R\$ 488.258,15
R\$ 1.000,00	240	R\$ 574.593,63	R\$ 989.255,37	R\$ 5.744.436,76

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se na tabela 4 que o objetivo de R\$ 1 milhão seria alcançado com 311 parcelas mensais de R\$ 1.000,00, a juros médios de poupança de 0,65% ao mês, ao passo em que o mesmo aporte mensal, aplicado à uma taxa de 2% ao mês levaria apenas 154 meses, ou seja, praticamente a metade do prazo.

Ainda assim, para chegar ao valor de R\$ 1 milhão nos prazos de 120 e 240 meses, seria necessário aplicar parcelas mensais de R\$ 4.347,09 a juros de 1% ao mês e apenas R\$ 174,08 em 20 anos, com juros de 2% ao mês.

Talvez o sonho de um milhão de reais seja muito distante para a maioria dos brasileiros, mas a independência financeira não é. Observa-se no terceiro bloco da tabela 4, que poupando R\$ 1.000,00 por mês em 10 anos, obtém-se valor superior à R\$ 230 mil, com juros de 1% ao mês, rendimento médio mensal de um fundo de investimento renda fixa. Da mesma forma, o mesmo aporte mensal de R\$ 1.000,00 proporciona quase R\$ 1 milhão se aplicado durante 20 anos, também à uma taxa de 1% ao mês.

Então quem não tem uma renda elevada não pode pensar em independência financeira?

Não é bem assim. Qualquer pessoa pode se programar para ter um futuro mais tranquilo, mesmo que a renda não seja elevada. Desde que o planejamento seja feito, de acordo com a renda, qualquer um pode tornar-se investidor. Existem fundos de investimento que pagam um pouco acima da poupança, para investimentos iniciais a partir de R\$ 50,00 ou R\$ 100,00.

Conforme a tabela 5, a seguir, um poupador que aplica R\$ 100,00 mensais, a uma taxa média de poupança, 0,65%, obtém ao longo de 20 anos um valor superior a R\$ 57.000,00. Quem consegue guardar R\$ 200,00 por mês, com a mesma taxa de juros citada acima, ao longo de 20 anos terá um valor superior a R\$ 100.000,00, enquanto uma poupança mensal de R\$ 500,00 no mesmo prazo e taxa de juros, transforma-se em um capital de quase R\$ 300.000,00.

Tabela 5 – Pequenos investimentos

Aporte mensal	Prazo (meses)	Valor ao final dos períodos		
		0,65%	1,00%	2,00%
R\$ 100,00	120	R\$ 18.091,89	R\$ 23.003,87	R\$ 48.825,82
R\$ 100,00	240	R\$ 57.459,36	R\$ 98.925,54	R\$ 574.443,68

Aporte mensal	Prazo (meses)	Valor ao final dos períodos		
		0,65%	1,00%	2,00%
R\$ 200,00	120	R\$ 36.183,79	R\$ 46.007,74	R\$ 97.651,63
R\$ 200,00	240	R\$ 114.918,73	R\$ 197.851,07	R\$ 1.148.887,35

Aporte mensal	Prazo (meses)	Valor ao final dos períodos		
		0,65%	1,00%	2,00%
R\$ 500,00	120	R\$ 90.459,46	R\$ 115.019,34	R\$ 244.129,08
R\$ 500,00	240	R\$ 287.296,82	R\$ 494.627,68	R\$ 2.872.218,38

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante destacar que os números citados são hipotéticos, uma vez que cada pessoa ou família deve definir o valor de sua poupança mensal. Além disso, os cálculos apresentados não consideram a desvalorização da inflação.

A intenção deste capítulo é mostrar a possibilidade de se construir uma poupança, utilizando os juros a seu favor. Pretende-se assim, demonstrar a mágica dos juros, onde o mesmo capital aplicado a diferentes taxas, apresenta significativas diferenças nos valores futuros, aliado aos prazos mais alongados, proporcionando uma situação confortável para uma aposentadoria tranquila.

Desta forma, é possível compreender a importância de aplicações planejadas, contínuas e persistentes ao longo de uma vida, visando sempre a construção de um patrimônio para usufruir no futuro, seja para ajudar na velhice ou mesmo para realizar sonhos de consumo.

4.7 Tópicos Importantes

Vários conceitos foram apresentados até o momento, como o modo que as pessoas gastam dinheiro, o planejamento, endividamento e inadimplência, a melhor maneira para sair das dívidas, a definição de um plano de vida e a independência financeira.

Com isso, agora já é possível planejar finanças pensando em um futuro promissor. Entretanto, alguns aspectos ainda devem ser considerados, tais como a compra do primeiro automóvel e dos demais, a vida a dois, o casamento, a chegada dos filhos, a compra da casa própria e a previdência privada.

4.7.1 Adquirindo um automóvel

A compra do primeiro automóvel é um grande sonho para os jovens, e começa a tomar forma quando estes iniciam suas atividades profissionais, recebendo seus primeiros salários. Ter um veículo é motivo de orgulho, proporciona alguns prazeres, um certo conforto em não ter que andar de ônibus, não ter problemas quando chove, entre outros. No entanto, um automóvel é um excelente péssimo investimento, pois só gasta o dinheiro do dono. As despesas com um veículo são inúmeras, dentre as quais se pode citar o combustível, o

estacionamento, a própria desvalorização do automóvel, os gastos com manutenção, o seguro e IPVA, entre diversos outros.

É compreensível que um automóvel muitas vezes é necessário, e muitas vezes as pessoas realmente não vivem sem ele, mas deve-se estar atento ao momento ideal para comprá-lo. Enquanto for possível não ter um veículo, e juntar o dinheiro pensando no futuro, mais fácil será adquiri-lo depois, uma vez que os financiamentos a longo prazo geralmente tornam-se um pesado fardo para se carregar.

Tabela 6 – Financiar Veículo

A Vista	Taxa de juros ao mês	Número de Parcelas	Valor da Prestação	Valor Final
R\$ 20.000,00	1,98%	60	R\$ 572,58	R\$ 34.354,60
R\$ 35.000,00	1,50%	60	R\$ 888,77	R\$ 53.326,20

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 6 ilustra o valor pago no financiamento de um automóvel de R\$ 20.000,00, e outro de R\$ 35.000,00. Mesmo com taxas de juros diferenciadas, os valores finais são muito elevados, principalmente se considerada a desvalorização do veículo durante o tempo de 60 meses, ou 5 anos, prazo este do financiamento. Ou seja, quando o prazo acabar, o automóvel ora financiado já não valerá os mesmos R\$ 20.000,00 ou R\$ 35.000,00, devido à desvalorização natural dos bens de consumo, pela entrada de novos modelos ou mesmo pelo envelhecimento, e o valor total pago pelo veículo terá sido muito superior ao valor contratado inicialmente.

Ainda assim, ao se analisar as taxas de juros para financiamento de veículos, conforme a tabela 6, percebe-se que são realmente elevadas quando comparadas ao retorno médio de 0,65% para a caderneta de poupança, ou mesmo de 1% para os fundos de investimento. Ou seja, um poupador recebe uma rentabilidade média inferior aos juros pagos no financiamento, algo que vai em direção contrária aos princípios da administração de finanças pessoais, visando à acumulação de capital para alcançar a independência financeira.

Para ter sucesso financeiro, os juros devem ser aliados, trabalhar a favor, e não contra. Por isso deve-se avaliar a real necessidade de aquisição de um automóvel, imaginando se já é o momento correto, ou se é possível aguardar um pouco mais, uma vez que com um capital acumulado é muito mais fácil obter um desconto para pagamento a vista.

A situação acima vale também para o segundo, terceiro, ou para os demais automóveis. Para cada veículo financiado, em geral, paga-se uma boa quantia a mais, que

pode faltar no futuro ou que poderia ser melhor empregada. Se a compra e o financiamento forem inevitáveis, deve-se então optar pelos menores prazos possíveis, visando à diminuição dos juros totais, sempre dentro da situação de planejamento financeiro de cada um.

4.7.2 Compra da Casa Própria

Falcone & Tesima (2008) têm um capítulo no qual tratam sobre a aquisição da casa própria e de automóvel, intitulado “Bobagens Financeiras”. Os autores referem-se aos erros financeiros pelos quais passaram, entre eles a compra de um apartamento que, após a felicidade inicial, transformou-se em um pesadelo, pois venderam o mesmo por um valor muito menor que o de compra, cinco anos e muitas taxas de condomínio após.

Na verdade, os autores dizem que o financiamento de um imóvel pelo SFH deve ser muito bem planejado, pois é muito difícil se desfazer do mesmo por um preço justo, em caso de quaisquer eventualidades, uma vez que o prazo geralmente é bem longo, podendo ser parcelado em até 30 anos atualmente no Brasil.

As “eventualidades” podem ser diversas, como por exemplo a chegada de filhos, precisando de um imóvel maior, ou mesmo a mudança de endereço ou de cidade por motivos diversos, seja de trabalho ou outros quaisquer. O fato é que carregar o peso de uma prestação por 30 anos vai contra os princípios de finanças pessoais, uma vez que neste prazo muitas coisas mudam.

Além disto, similar ao exemplo do automóvel, mesmo com uma taxa de apenas 8,4% ao ano, cerca de 0,7% ao mês, conforme o simulador do site da CEF (2008), o preço final pago pelo imóvel pode ser até três vezes o valor de aquisição, como ilustra a tabela 7.

Tabela 7 – Financiar Imóvel

A Vista	Taxa de juros ao mês	Número de Parcelas (prazo)	Valor da Prestação	Valor Final
R\$ 100.000,00	0,70%	120 (10 anos)	R\$ 1.234,52	R\$ 148.141,80
R\$ 100.000,00	0,70%	240 (20 anos)	R\$ 861,50	R\$ 206.761,08
R\$ 100.000,00	0,70%	360 (30 anos)	R\$ 761,84	R\$ 274.261,56

Fonte: Elaborado pelo autor

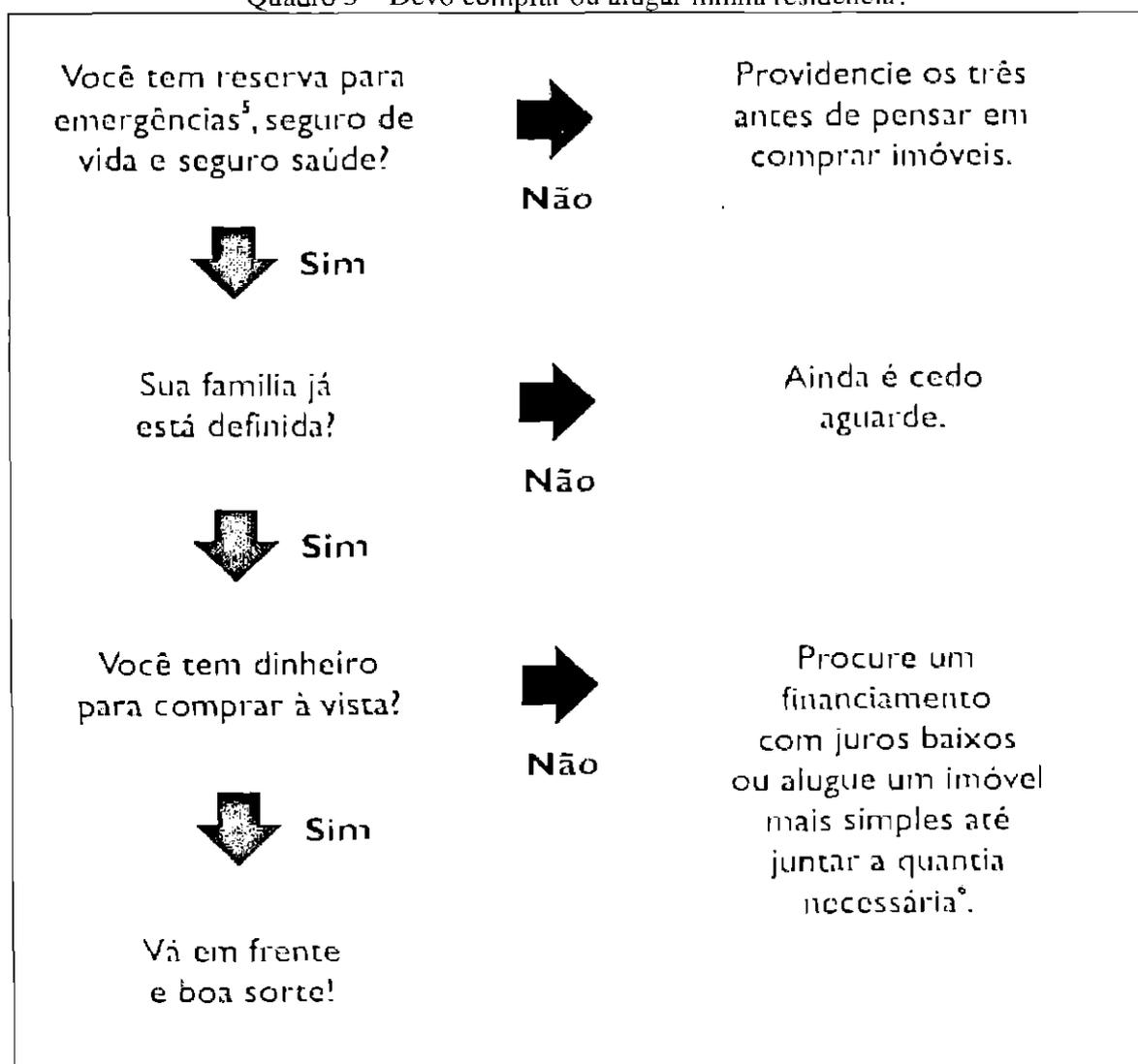
Desta forma, mais uma vez percebe-se a mágica dos juros, e por isso é importante tê-los como aliados e não como inimigos. Comprar um imóvel financiado nem sempre é um bom investimento, pois geralmente se paga muito mais que o custo à vista. Entretanto, pessoas que

pagam aluguel, que já possuem família constituída e que muito dificilmente optarão por uma mudança de endereço, até podem pensar em financiar a casa própria.

Halfeld (2005) dá uma importante contribuição ao tema da casa própria, afirmando que nem sempre pagar aluguel é jogar dinheiro fora, pois dependendo do perfil da pessoa ou da família, mais vale alugar um imóvel temporário compacto, sem luxos, e por um preço interessante, que investir em um imóvel próprio em uma hora imprópria.

De forma breve, o autor acima auxilia na compreensão sobre a aquisição da casa própria ou aluguel de um imóvel temporário, seguindo uma linha de necessidades e realidades, conforme abaixo.

Quadro 5 – Devo comprar ou alugar minha residência?



Fonte: Halfeld (2005, p. 41)

Halfeld (2005) destaca as frases “reserva para emergências” e “imóvel mais simples”, no quadro 5. Segundo o autor, a reserva para emergências diz respeito a seis vezes o valor médio das despesas mensais, aplicado em renda fixa. Sobre um “imóvel mais simples”, o autor diz que muitas pessoas erram escolhendo um imóvel acima das reais necessidades, dificultando a poupança mensal.

Para quem quer investir em imóveis com o objetivo de obter uma renda extra ou aguardar uma valorização, o autor supracitado descreve alguns cuidados que devem ser considerados na aquisição, lembrando que existem riscos como invasões em terrenos abandonados, existe a depreciação que geralmente onera o investidor em altos custos para manutenção do bem, além da parte burocrática e jurídica que muitas vezes favorece o inquilino, mesmo que inadimplente.

“Herdamos uma convicção de nossos antepassados de que investimentos imobiliários oferecem alto retorno e baixo risco. Discordo” (HALFELD, 2005, p. 44). O autor complementa procurando alertar os leitores que é sim possível perder dinheiro com imóveis, muito mais facilmente que ganhar.

Desta forma, ao pensar em adquirir um imóvel, deve-se avaliar a real necessidade do mesmo, para quantas pessoas e qual o tempo que o mesmo terá utilidade, bem como a localização do bem immobilizado e principalmente o valor investido. Além disso, deve-se analisar a possibilidade de pagamento a vista ou de financiamento no menor prazo possível, mesmo que para isso seja necessário morar em um imóvel alugado por determinado período, permitindo economizar até que seja possível assumir o investimento, sem comprometer o orçamento e o futuro financeiro.

4.7.3 Previdência Privada ou Particular?

Previdência privada ou complementar é uma opção de investimento de longo prazo que tem por objetivo proporcionar uma renda extra na aposentadoria, ou mesmo evitar que a pessoa tenha uma redução significativa na renda, uma vez que a Previdência Social brasileira limita o valor do pagamento de benefícios, independente da renda durante a fase de contribuição. Além disto, os planos privados oferecem boa rentabilidade se comparados à poupança, andando ao lado dos fundos de investimento.

São muitos os objetivos para se participar de fundos de pensão, entre eles a garantia de uma renda vitalícia, uma renda por tempo determinado após a aposentadoria, a acumulação de

capital para resgate total em data futura, ou mesmo a acumulação de capital com prazo definido para o pagamento da faculdade dos filhos, por exemplo.

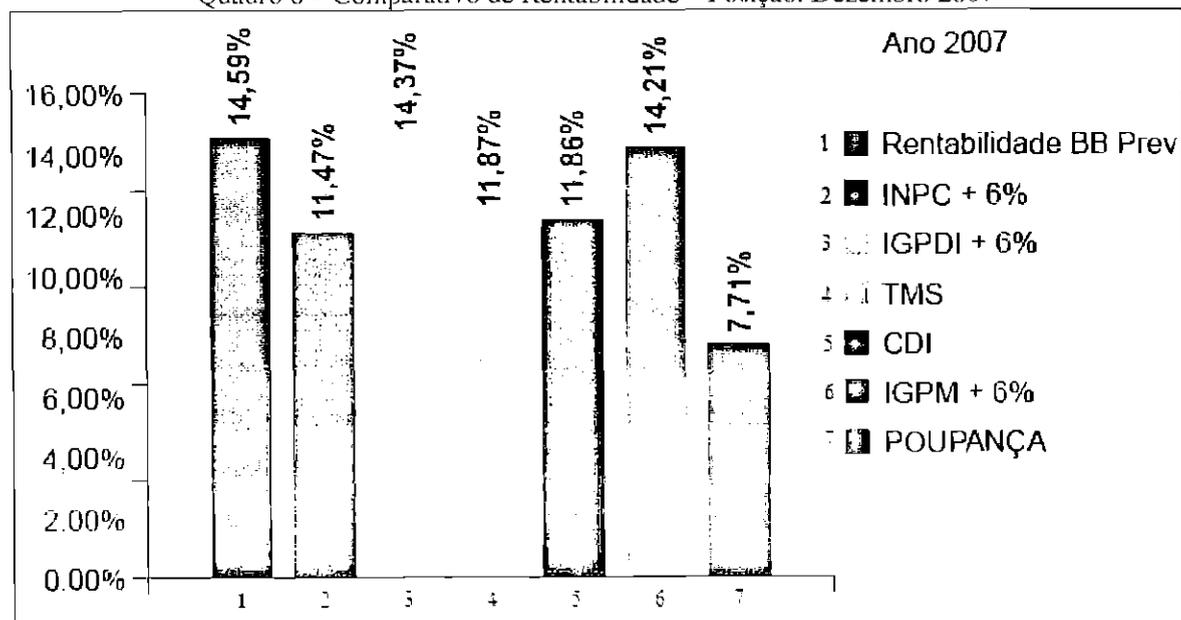
Entretanto, deve-se atentar para as taxas cobradas pelas instituições financeiras visando à maximização do capital investido, tais como a taxa de carregamento, que é uma espécie de corretagem e incide sobre cada aplicação, e a taxa de administração, que é cobrada periodicamente sobre o saldo médio aplicado, rentabilizando a instituição financeira. Ambas as taxas influenciam negativamente na real valorização do valor investido, diminuindo o valor líquido realmente disponível para resgate.

Os planos privados de previdência são de fato boas opções para se investir pensando no longo prazo, mas o propósito deste capítulo é comparar tais planos com a aplicação administrada pessoalmente, uma vez que o banco cobra taxas para administrar o dinheiro.

Conforme a FENAPREVI (2008), “qualquer pessoa que receba mais que o teto de benefício da Previdência Social (INSS) deve se preocupar em formar uma poupança, seja através de previdência privada ou de recursos administrados por sua própria conta”.

Acrescenta-se neste contexto que não apenas quem recebe mais que o teto do INSS, mas qualquer pessoa que tenha um mínimo de conhecimento em investimentos, ou mesmo uma conta qualquer banco, pode administrar seus recursos de maneira própria, aplicando valores periódicos em fundos de investimento ou na caderneta de poupança, retomando às idéias de independência financeira e plano de vida.

Quadro 6 – Comparativo de Rentabilidade – Posição: Dezembro 2007



Fonte: BBPREVIDÊNCIA (2008)

O Quadro 6 apresenta um comparativo de rentabilidade entre os principais índices do mercado financeiro brasileiro, no qual percebe-se que os planos de previdência privada da BB Previdência, por exemplo, registraram valorização de 14,59% no ano de 2007, enquanto a poupança obteve apenas 7,71%, e o CDI, que lastreia as aplicações em CDB e alguns Fundos de Renda Fixa, rentabilizou 11,87%.

A diferença é de fato considerável, mas, se for desconta a taxa de carregamento cobrada pelos planos de previdência privada, em torno de 3% ao ano em média, a rentabilidade fica abaixo do CDI. Ainda assim, se descontada a taxa de administração dos fundos de previdência e de renda fixa, em torno de 2% ao ano, a rentabilidade cai para menos de 10%. Descontando-se ainda o IR, conforme tabela vigente, com alíquotas mínimas de 10% para a tributação definitiva em planos previdenciários e de 15% para fundos de investimentos, a valorização cai ainda mais, aproximando-se da poupança.

Desta forma, a apresentação destes dados tem por objetivo mostrar que mesmo com rentabilidade superior, as taxas cobradas para administrar os investimentos acabam por diminuir o verdadeiro valor do retorno.

Sendo assim, a idéia é que qualquer um pode tornar-se aplicador, mesmo que seja na tradicional caderneta de poupança, longe dos riscos. Os planos de previdência privada são sim muito importantes para complementar a renda ou para acumular um capital que permita a realização de objetivos futuros, mas mais importante que isto é o fato da conscientização de que aplicações programadas são indispensáveis para quem deseja alcançar a independência financeira e ter uma melhor qualidade de vida.

Uma situação particular é a de funcionários de empresas que incentivam ou patrocinam planos privados de aposentadoria como complemento da renda. Nestes casos, os empregadores geralmente oferecem benefícios como um aporte dobrado, por exemplo, onde o funcionário contribui com um percentual da renda e a empresa contribui com o mesmo valor, ou algo similar. Desta forma, o saldo aplicado mensalmente será sempre maior que o aporte exclusivo do funcionário. Estes tipos de planos, chamados de fundos de pensão, possuem particularidades, tais como a permissão de ingresso apenas para funcionários em atividade na empresa, por exemplo, tempo mínimo de contribuição para resgatar o valor aplicado pelo empregador, obrigatoriedade de transformar o valor final em benefícios mensais não permitindo o resgate total, entre outras.

É claro que as empresas patrocinadoras têm benefícios fiscais para incentivar este tipo de ação, mas as entidades de previdência complementar fechada têm crescido muito nos últimos anos, iniciando-se com a criação da associação dos funcionários, e partindo para

negociações com os empregadores para criação dos tais fundos de pensão. De qualquer forma, quando há possibilidade de se participar de um fundo de pensão, o funcionário deve procurar conhecer melhor e passar a investir e aproveitar os benefícios, tendo em vista uma renda extra no futuro.

Em suma, quando o empregador não oferece este tipo de benefício, ou quando a pessoa é autônoma ou não tem um emprego formal, é importante avaliar a capacidade individual de fazer uma poupança mensal própria. Caso não se sinta confiante em conseguir guardar uma determinada quantia todo mês, pode-se procurar os planos de previdência privada disponíveis nas instituições financeiras, visando sempre à uma economia periódica e freqüente, para no futuro usufruir do valor acumulado.

4.7.4 Casamento

O casamento é um marco importantíssimo na vida dos seres humanos, é o momento de transição entre a vida solitária e a vida a dois. É também a fase da vida em que as responsabilidades aumentam, e são divididas com o(a) parceiro(a).

Para finanças pessoais, o casamento pode ser uma força impulsionadora que possibilitará maiores condições para se alcançar a independência financeira, desde que o casal tenha os mesmos objetivos e pensamentos sobre o dinheiro, afinal serão duas rendas na nova família.

Conforme Cerbasi (2004), as finanças do relacionamento serão saudáveis se for praticado o companheirismo e a união, sendo a renda administrada de forma conjunta. O autor ainda sugere alguns cuidados que devem ser considerados para maximizar o aproveitamento da renda conjunta, tais como a unificação do orçamento, o relacionamento com os bancos e os cartões de crédito.

Na tentativa de compreender o que Cerbasi (2004) diz a respeito da unificação do orçamento, deve-se pensar que quando duas pessoas possuem pensamentos e vontades diferentes, como o marido querendo trocar de carro e a esposa desejando uma geladeira nova, por exemplo, fica muito difícil economizar um dinheiro para programar o futuro em conjunto. Por outro lado, se o casal se conscientizar da força que possui unindo suas finanças, poderá aproveitar muito melhor a renda mensal, elaborando um planejamento de longo prazo e caminhando em direção à independência financeira.

A atitude mais sensata do casal deve ser a unificação dos orçamentos, criando um modelo único, como o exemplo da tabela 2 (Orçamento hipotético do casal Carlos e Silvia), inserindo todas as rendas em uma coluna, e todas as despesas na outra. Desta forma será muito mais simples visualizar a realidade das finanças do relacionamento, possibilitando a redução de despesas correntes e conseqüentemente maiores investimentos.

Uma das vantagens do orçamento em conjunto está no fato da conscientização de ambos, eliminando ou diminuindo despesas extras em bobagens que não contribuem com nada para a tranqüilidade financeira, afinal, é preciso respeitar o cônjuge. Outra vantagem é a simples visualização dos valores no orçamento, que serão bem maiores, causando uma sensação prazerosa de aumento na renda, fato este que pode motivar o casal para economizar um pouco mais.

Outro ponto destacado por Cerbasi (2004) é a respeito do relacionamento com as instituições bancárias, mais especificamente sobre as contas em bancos. Ainda que cada um prefira ter sua própria conta corrente, é importante perceber que isto não faz a menor diferença, a não ser para os bancos, que podem cobrar as tarifas em dobro. Atualmente é possível ter mais de um titular com cartão de débito ou de crédito, e partindo do princípio de que as finanças serão unificadas, as rendas de ambos podem ser creditadas na mesma conta corrente, diminuindo as tarifas bancárias e concentrando o dinheiro.

Uma exceção a ser considerada é quando os cônjuges são obrigados a receber em bancos diferentes. Ainda assim, deve-se transferir o dinheiro para uma única conta após o recebimento, mantendo apenas o valor para passar o mês de forma econômica. Os investimentos também devem ser concentrados, pois valores maiores possibilitam a adesão em fundos de investimento mais lucrativos.

Sobre os cartões de crédito citados por Cerbasi (2004), de fato eles também devem ser unificados, visando à diminuição das despesas com anuidades e possibilitando um maior controle sobre os gastos com o dinheiro de plástico.

4.7.5 Chegada dos filhos

Após o casamento e a estabilidade na relação conjugal, é importante que o casal economize e passe a formar um patrimônio, seja em bens móveis, imóveis ou mesmo em aplicações financeiras.

Os primeiros anos do casamento são os principais para o início de acumulação de reservas, pois com o tempo as despesas costumam aumentar, principalmente com a chegada dos herdeiros. Filhos são dádivas para muitos, mas para quem não se organiza financeiramente para receber os novos membros da família, eles podem se tornar um grande martírio.

Filhos exigem cuidados especiais, e significam despesas extras por longos anos na vida de qualquer casal. Tudo começa com o hospital, o parto, as fraldas, mais despesas com roupas e comida, brinquedos até então desnecessários, até chegar a hora de pagar as mensalidades escolares. A partir daí, por muitos anos as mensalidades de colégios farão parte do orçamento, até chegar o vestibular, os cursinhos e a própria faculdade. Muitas vezes os pais têm que manter os filhos mesmo depois de formados, até que consigam um bom emprego e que passem a se manter sozinhos.

Entretanto, a vida do casal pode não ser tão complicada, desde que a chegada dos filhos seja programada. É importante que, desde o início do casamento, a preocupação com as finanças esteja presente entre marido e mulher, e que o planejamento financeiro seja delineado ano após ano, prevendo inclusive o melhor momento para tomar a decisão de ter filhos.

Ainda assim, os futuros pais podem criar uma poupança mensal separada para os futuros herdeiros, pois conforme as Tabelas 8 e 9, e de acordo com os princípios de administração das finanças pessoais, pouco dinheiro economizado por muito tempo se transformará em um grande capital, permitindo que os pais ofereçam um futuro melhor para os filhos.

Tabela 8 – Poupança para os Filhos – Juros de 0,65% a.m

Aporte mensal	Saldo Acumulado após:		
	10 anos	20 anos	25 anos
R\$ 20,00	R\$ 3.618,38	R\$ 11.491,87	R\$ 18.413,77
R\$ 50,00	R\$ 9.045,95	R\$ 28.729,68	R\$ 46.034,42
R\$ 100,00	R\$ 18.091,89	R\$ 57.459,36	R\$ 92.068,85
R\$ 200,00	R\$ 36.183,79	R\$ 114.918,73	R\$ 184.137,69
R\$ 300,00	R\$ 54.275,68	R\$ 172.378,09	R\$ 276.206,54
R\$ 500,00	R\$ 90.459,46	R\$ 287.296,82	R\$ 460.344,23
R\$ 1.000,00	R\$ 180.918,93	R\$ 574.593,63	R\$ 920.688,46

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 9 – Poupança para os Filhos – Juros de 1,00% a.m

Aporte mensal	Saldo Acumulado após:		
	10 anos	20 anos	25 anos
R\$ 20,00	R\$ 4.600,77	R\$ 19.785,11	R\$ 37.576,93
R\$ 50,00	R\$ 11.501,93	R\$ 49.462,77	R\$ 93.942,33
R\$ 100,00	R\$ 23.003,87	R\$ 98.925,54	R\$ 187.884,66
R\$ 200,00	R\$ 46.007,74	R\$ 197.851,07	R\$ 375.769,33
R\$ 300,00	R\$ 69.011,61	R\$ 296.776,61	R\$ 563.653,99
R\$ 500,00	R\$ 115.019,34	R\$ 494.627,68	R\$ 939.423,31
R\$ 1.000,00	R\$ 230.038,69	R\$ 989.255,37	R\$ 1.878.846,63

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se nas tabelas anteriormente apresentadas que um pequeno valor de R\$ 20,00 por mês, transforma-se em mais de R\$ 18.000,00 em 25 anos, aplicado à uma taxa média de poupança de 0,65% ao mês, não considerando a inflação do período. Já o valor de R\$ 100,00 mensais, durante apenas 10 anos, transforma-se também em mais de R\$ 18.000,00.

Com valores aplicados desde cedo, sem muito esforço, mas com muita determinação e perseverança, é possível garantir o pagamento do colégio dos filhos, ou mesmo da tão sonhada faculdade, ou ainda, quem sabe, um belo presente de formatura como uma viagem ou até um automóvel.

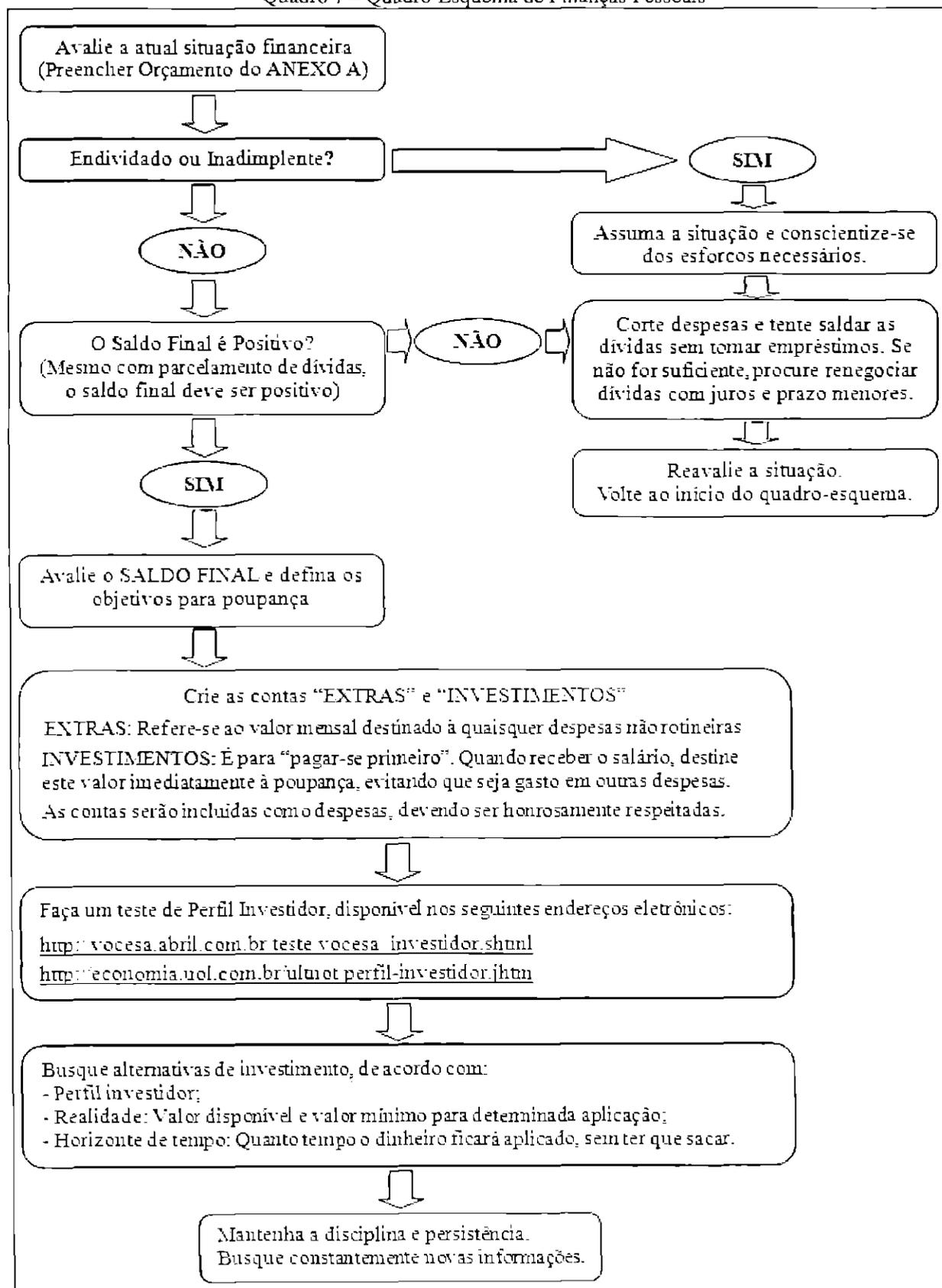
Este capítulo procura evidenciar a necessidade de planejamento prévio com a família, utilizando-se de estratégias oriundas da educação financeira, com o intuito de melhorar a qualidade de vida não apenas dos filhos, mas principalmente dos pais. Um casal consciente e organizado pode tranquilamente criar e educar seus herdeiros, com uma boa condição, sem ter que se privar de necessidades próprias ou mesmo de lazer.

4.8 Um breve plano de ação

A qualidade de vida não depende apenas das finanças, mas uma organização sistemática das contas pode contribuir para que as pessoas tenham uma vida melhor.

Como o objetivo geral deste trabalho é desenvolver um estudo que contribua com a conscientização sobre a melhoria na qualidade de vida através da educação financeira, o Quadro 7 foi elaborado com o intuito de auxiliar a organização das finanças pessoais, com uma linguagem simples e de fácil entendimento.

Quadro 7 – Quadro-Esquema de Finanças Pessoais



Fonte: Elaborado pelo autor

Tudo começa com a avaliação atual da situação financeira de cada um, ou de cada família, onde se deve fazer um levantamento de todas as receitas e de todas as despesas. É imprescindível fazer constar no planejamento aquelas despesas vencidas e não pagas, também chamadas de inadimplência, além de parcelamentos ou dívidas a prazo, que são considerados itens de endividamento.

O endividamento e a inadimplência devem ser evitados a todo custo, e o ideal é adiar decisões de compras que não sejam compatíveis com o orçamento. Uma vez endividado ou inadimplente, o primeiro passo é realmente assumir tal situação e tomar consciência de que serão necessários alguns esforços extras para liquidar as dívidas, para depois de vencido este desafio, passar a economizar e aplicar os recursos. Os esforços extras citados dizem respeito à alguns cortes no orçamento, como despesas supérfluas e gastos com lazer, até que a situação se normalize e seja possível reorganizar as contas.

Eliminadas as dívidas, ou pelo menos organizadas de forma que possam ser administradas sem comprometer o orçamento, é possível planejar pensando no futuro. Lembrando que o planejamento financeiro é indispensável, mesmo com dívidas, mas a partir do momento em que a situação se normaliza, deve-se mudar o foco.

O foco agora é organizar as finanças com o objetivo de economizar. Deve-se novamente elencar todas as receitas e todas as despesas, observando o valor final. Sendo este negativo, ainda é preciso alguns cortes ou algumas mudanças. Sendo o valor positivo, já é possível procurar opções de investimentos. O ideal quando se pensa em investir é “pagar-se primeiro”, ou seja, destinar um valor diretamente à poupança ou aplicação, pois este valor será efetivamente economizado e já não estará disponível para ser gasto.

Além das contas de receitas e despesas, um bom planejamento orçamentário pode conter uma conta chamada “Investimentos” e outra chamada “Extras”. A conta investimento, também pode ser chamada de poupança, é referente ao valor mensal destinado à economia, conforme o parágrafo anterior, com o objetivo de “pagar-se primeiro”. Já a conta chamada extras refere-se ao valor pré-determinado que a pessoa esteja disposta a usar desta forma, com despesas eventuais, como lazer ou outras atividades. É importante definir um valor que seja compatível com o estilo de vida, pois esta será mais uma conta que deverá ter seus valores respeitados, como alimentação, transporte, moradia, entre outras.

Com esta organização, é possível buscar alternativas de investimento coerentes com a realidade e o horizonte de tempo desejado. A realidade diz respeito aos valores que se pretende investir, desde o valor realmente disponível para as aplicações, sem deixar faltar dinheiro para outras necessidades, até o valor mínimo permitido para determinadas opções de

investimento, como alguns fundos de renda fixa que apenas permitem aportes acima de R\$ 50.000,00, por exemplo. O horizonte de tempo desejado é sobre quando será necessário resgatar o capital, pois existem aplicações mais arriscadas a curto prazo como as ações, por exemplo.

Dentre as alternativas de investimento citadas no texto, deve-se buscar maiores informações diretamente com as instituições financeiras que as oferecem ao público. Os fundos de investimento, por exemplo, pagam em torno de 1% ao mês e possuem um risco reduzido, quando em comparação com ações de empresas listadas em bolsas de valores, as quais não apresentam média consistente de rentabilidade, além de possuir um risco muito elevado. Vale destacar que ações são indicadas para longo prazo, especialmente se não há necessidade em retirar o dinheiro tão cedo, como no caso da independência financeira. Outras opções de investimento são os tradicionais CDBs e a popular caderneta de poupança, que oferecem retornos um pouco inferiores aos fundos de investimentos, mas minimizam os riscos de perder capital. Antes de se decidir por um tipo de aplicação, pode-se fazer um teste para descobrir o perfil de investidor e o risco suportado, nos sites da Revista VOCE S/A (2008) e do portal eletrônico UOL (2008).

Como o objetivo deste trabalho foi proporcionar embasamento para a conscientização de que a organização financeira é um importante fator que melhora a qualidade de vida das pessoas, faz-se importante definir um plano de vida ou um objetivo de longo prazo. Este objetivo de longo prazo deve ser compatível com a realidade de cada pessoa, mas cada um pode buscar mudar de vida através de educação e muito trabalho. Para atingir a independência financeira é preciso muita disciplina, organização e persistência em buscar os objetivos, e o planejamento financeiro torna-se imprescindível para melhorar orientar as finanças pessoais. Vale destacar que a independência ou a tranquilidade financeira não é possuir muito dinheiro, mas sim um capital que garanta o suprimento das necessidades de acordo com o estilo de vida desejado.

Desta forma, seguindo as premissas básicas de administração das finanças pessoais, é possível orientar as necessidades e buscar um futuro melhor, sempre com base no planejamento financeiro, no orçamento adequado e na busca constante de educação e conhecimento que contribuam com o objetivo pré-determinado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo, foi possível perceber a importância de uma eficiente administração das finanças pessoais para a melhoria nas condições de vida das pessoas, partindo do princípio de que dinheiro não traz felicidade, mas proporciona prazer, e alguém que possui prazer com mais frequência, pode ser um indivíduo mais feliz.

Foi possível detectar os principais fatores que comprometem a renda dos brasileiros, contribuindo para o endividamento e para a conseqüente inadimplência das pessoas que não percebem a importância de construir e respeitar seu orçamento. Ainda assim, constatou-se que a independência financeira não é algo impossível, mas sim conseqüência de uma atitude consciente e perseverante ao longo de determinado período de tempo, de acordo com o plano de vida de cada um, sempre respeitando o planejamento financeiro, que deve servir como guia de controle para o alcance dos objetivos de curto, médio e longo prazos.

O estudo em questão não tem por objetivo concluir ou esgotar o assunto tratado, mas apenas contribuir para o esclarecimento das possibilidades oferecidas pelos princípios de administração financeira, para pessoas determinadas e conscientes sobre o futuro melhor que as aguarda, desde que tenham disciplina desde cedo.

Conforme o primeiro objetivo específico, foram apresentadas teorias que fundamentam os princípios de administração financeira, especialmente das finanças pessoais, desde a qualidade de vida, passando pelos motivos que prejudicam a organização financeira, até as definições de planejamento, orçamento, plano de vida e independência financeira.

O segundo objetivo específico por sua vez, com o intuito de abordar os principais fatores que comprometem a tranquilidade financeira das pessoas, apresentou a maneira como as pessoas gastam o dinheiro, além de ilustrar os principais causadores do endividamento e da inadimplência no Brasil. Conforme pesquisa da FECOMÉRCIO MINAS (2007), o cartão de crédito é um grande complicador para quem tem poucos conhecimentos sobre administração financeira, mas pode revelar-se um excelente meio de controle para aqueles que mantêm a organização de suas finanças em dia.

O orçamento pessoal e o planejamento financeiro foram discutidos no terceiro objetivo específico, onde percebeu-se a importância de ambos para a melhoria nas condições de vida das pessoas, tendo em vista uma correta organização de necessidades, evitando gastos supérfluos que inflam o orçamento. Aliado ao orçamento e planejamento financeiro estão os investimentos, que devem ser perseverantes por longos períodos, respeitando a realidade da

condição financeira, dos valores mínimos para determinadas aplicações, considerando ainda o horizonte de tempo e sobretudo o perfil investidor de cada um.

Conforme o quarto e último objetivo específico, foi elaborado um guia resumido, de linguagem simples e facilmente compreensível, chamado “Quadro-Esquema”, de modo à contribuir nas decisões financeiras das pessoas, proporcionando condições para que tenham maior controle e organização nas suas finanças.

De maneira geral, o estudo é finalizado deixando a mensagem de que a organização das finanças pessoais aliada à orientação das necessidades, pode contribuir significativamente para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, a qualquer tempo, não apenas na velhice.

Ainda assim, o estudo contribui para o desenvolvimento da educação financeira e para a conscientização de que alguns pequenos esforços podem fazer a diferença, ao mesmo tempo em que proporciona novos conhecimentos advindos da pesquisa científica ao então acadêmico.

Por fim, fica a sugestão para futuros estudos sobre o tema “Independência Financeira”, ou mesmo sobre a evolução da educação financeira no Brasil. Bons projetos poderiam partir da iniciativa de instituições de crédito socialmente responsáveis, ou quem sabe do governo, com a inclusão de disciplinas relacionadas ao aprendizado financeiro inicialmente nas escolas primárias e de nível médio.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Cadernetas de poupança têm assegurado rendimento mínimo de 0,5% ao mês.** Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

AKATU, Instituto. 2001-2008. **Consumo consciente do dinheiro e do crédito.** Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

ANBID. **Fundos de investimento.** Disponível em: <<http://www.anbid.com.br>>. Acesso em: 05 mai. 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre & BRITO, Giovani A. S. **Modelo de classificação de risco de crédito de empresas.** Revista Contabilidade e Finanças, nº 46. jan/abr 2008. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/46/giovani-alexandre-pg18a29.pdf>>. Acesso em 04 mai. 2008.

AURÉLIO, Novo **dicionário eletrônico.** Versão 5.0. Edição eletrônica autorizada à POSITIVO INFORMÁTICA LTDA. 2004 by Regis Ltda. 2008.

BBPREVIDÊNCIA. **Relatório anual 2007.** Disponível em: <<http://www.bbprevidencia.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2008.

BONATELLI, Circe. No rastro do orçamento. **Revista Espaço Aberto**, n. 85, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2007/espaco85nov/0capa2.html>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. **Curso de previdência.** Universidade Corporativa Banco do Brasil. 2008a.

_____. **PGBL e VGBL.** Disponível em: <<http://www.brasilprev.com.br>>. Acesso em: 03 out. 2008b.

BROOKSON, Stephen. **Como elaborar orçamentos.** São Paulo: Publifolha, 2000.

BUARQUE, Cristovam. **Qualidade de vida: a modernização da utopia.** Revista Lua Nova, 1993.

CARVALHO, Luiz Carlos P. **Microeconomia introdutória: para cursos de administração e contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1996.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa.** São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

CEF. **Simulador habitação.** Disponível em: <<http://www8.caixa.gov.br/siopiinternet/simulaOperacaoInternet.do?method=inicializarCasoUso>>. Acesso em 03 out. 2008.

CERBASI, Gustavo P. **Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais.** 37. ed. São Paulo: Editora Gente, 2004.

D'AQUINO, Cássia. **E o que é a educação financeira?** Disponível em: <<http://www.educfinanceira.com.br>>. Acesso em: 23 mai. 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. 1. São Paulo: Saraiva. 1998.

FALCONE, Marco & TESIMA, Regina. **Como chegar ao seu primeiro milhão: a história de um casal que já atingiu o seu**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FEEMA: **Vocabulário básico de meio ambiente**. 2. ed. 246 p. Rio de Janeiro: FEEMA, 1990.

FECOMÉRCIO MINAS. **PEC - Pesquisa de endividamento do consumidor**. Belo Horizonte, MG. set.-out./2007. Disponível em: <<http://www.fecomerciomg.org.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

FENAPREVI – FEDERAÇÃO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA. **Previdência privada**. Disponível em: <<http://www.fenaprevi.org.br>>. Acesso em: 03 out. 2008.

FERREIRA, Vera Rita M. **Psicologia econômica: origens, modelos, propostas**. São Paulo, 2007. 316 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) PUC de São Paulo. São Paulo.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GARCIA, Andréia Cristina Dias. **Planejamento financeiro pessoal: um estudo sobre a renda pós-aposentadoria**. 2005. Porto Alegre: Pós-graduação em administração – UFRGS, 2005.

GARCIA, Eduardo Alfonso Cadavid. **Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos**. São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

IIALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2005.

HERCULANO, Selene et al. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: UFF, 2000.

IEI. Instituto de Educação de Ivotí. **Educação financeira**. Disponível em: <<http://www.iei.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2008.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A.. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LUNKES, Rogério João. **Manual do orçamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves. **Pais e filhos**: um estudo da educação financeira em famílias na fase de aquisição. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado) – PUC de São Paulo, 2007. São Paulo.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1997

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1997.

MAZZOTTI, Alda J. A.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

MEDEIROS, Camilo de Lelis Gondim. **Educação financeira**: o complemento indispensável ao empreendedorismo. Artigo – UFPB, Campina Grande/PB. Disponível em: <www.santoagostinho.edu.br/Biblio/teses/39.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2008.

MULLER, Mary Stela & CORNELSEN, Julce Mary. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. 5. ed. Londrina: Eduel, 2003.

NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya. **The quality of life**. New York: Clariton Paperbacks, 1995.

OLIVEIRA, Silvio L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioncira, 1997.

OLTRAMARI, Rossano F. **Um novo mundo ao seu alcance**: por que investir em ações. Disponível em: <http://www.xpi.com.br/porque_investir_acoes.aspx>. Acesso em: 24 out. 2008.

PIRES, Elandro Maicou. **Manual de finanças pessoais**. 2005. 77 f. Monografia. UFSC, Florianópolis, 2005.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**: Perfil das despesas do Brasil. (Indicadores selecionados). Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

PORTAL BRASIL. **Certificados de depósito interbancário**: O que é o CDI. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/indices_cdi.htm> Acesso em: 23 out 2008.

PROBIC-FAPEMIG. **Estrutura para projetos de pesquisa**. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. UNILESTE, 2005. Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/fapemig>>. Acesso em: 24 out. 2008.

RICHARDSON, Robert J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado) - USP, São Paulo.

SANCHES, Ariel Machado. **Administração de finanças pessoais**. Uberlândia, 2005. 56f. Monografia. UNIMINAS.

SANTOS, Eduardo Alexandre Amaral dos. **O consumismo como um novo iluminismo: a panacéia do consumo na contemporaneidade**. Florianópolis, 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SANVICENTE, Antônio Zoratto e SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1995.

SERASA. **Estudos de inadimplência**: inadimplência dos consumidores volta a subir no ano, revela indicador da Serasa (13/12/2007). Disponível em: <http://www.serasa.com.br/empresa/noticias/2007/noticia_0538.htm>. Acesso em: 04 mai. 2008.

SUEN, Alberto S. & FRANCO, Vera H. M. **Aspectos jurídicos do credit default SWAP**. Disponível em <http://www.suen.com.br/papers/credit_swap.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2008.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.

UOL. Universo Online. Você é conservador, moderado, arrojado ou agressivo? Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/perfil-investidor.jhtm>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

VIEIRA, Valter A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan/abr. 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n1/as_tipologias_variacoes_.pdf>. Acesso em 02 nov. 2008.

VOCÊ S/A. Testes: Conheça seu perfil de investidor. Disponível em: <http://vocesa.abril.com.br/teste/vocesa_investidor.shtml>. Acesso em: 01 nov. 2008.

WEIRICH, Jean Luttrell. **Personal financial management**. Boston/Toronto: Little Brown & Company, 1983.

WELSCH, Glenn Albert. **Orçamento empresarial**: Tradução e adaptação à terminologia contábil brasileira de Antônio Zoratto Sanvicente. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

WHOQOL. World Health Organization Quality of Life Assessment: position paper from the World Health Organization. Genebra. Soc Sci Med 1995.

ANEXOS

Anexo A – Planilha Orçamentária _____	77
Anexo B – Planilha Despesas Vencidas _____	78

ANEXO A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS	Dia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Salário 1													
Salário 2													
Outras Rendas													
Total RECEITAS													
DESPESAS	Dia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alimentação													
Aluguel													
Condomínio													
IPTU													
Financ. Imovel													
Financ. Veículo													
Luz													
Água													
Telefones													
Colégio/Universidade													
TV a Cabo													
Gasolina / ônibus													
EXTRAS													
Total DESPESAS													
Recitas - Despesas													
- INVESTIMENTOS													
SALDO FINAL													

ANEXO B
PLANILHA DESPESAS VENCIDAS

DESPESAS VENCIDAS	Qtde de Parcelas	Valor Original	Multa (%)	Juros / Mês (%)	Valor Atual
Financ. Veículo					
Condomínio					
Cartão de Crédito					
Luz					
Água					
Telefone					
Padaria					
TOTAL					